

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

YARA CRISTINE SOARES SANTOS

PATRIMÔNIO E OPULÊNCIA DA ELITE MARANHENSE OITOCENTISTA

SÃO LUÍS
2018

YARA CRISTINE SOARES SANTOS

PATRIMÔNIO E OPULÊNCIA DA ELITE MARANHENSE OITOCENTISTA

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção de Grau em História Licenciatura.

Orientador: Prof.º Me.Nivaldo Germano dos Santos.

SÃO LUÍS
2018

Santos, Yara Cristine Soares.

Patrimônio e opulência da elite maranhense oitocentista/Yara Cristine Soares Santos. – São Luís, 2018.

80 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Prof.º Me. Nivaldo Germano dos Santos.

1. Modernização. 2. Agroexportação. 3. Decadência. 4. Opulência.
I. Título

CDU 35.073.5:316.344.42(812.1)

YARA CRISTINE SOARES SANTOS

PATRIMÔNIO E OPULÊNCIA DA ELITE MARANHENSE OITOCENTISTA

Monografia apresentada ao Curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção de Grau em História Licenciatura.

Orientador: Prof.º Me. Nivaldo Germano dos Santos.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Me. Nivaldo Germano dos Santos
Universidade Federal do Maranhão

Prof.º Dr.º Marcelo Cheche Galves
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.º Dr.º Carlos Alberto Ximendes
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força e saúde para concluir esse trabalho.

Aos meus pais Rosa e Ronilson, por tudo que fizeram e fazem por mim.

Ao meu irmão, Yalisson, pela amizade e apoio.

A Vitor Moreira pela companhia, incentivo, paciência e ajuda na realização desta pesquisa.

Aos meus amigos do “Grupo Parceria 2014.1”: Rosivaldo, Renata, Simone, Sara, Leandro, Andréia, Katyre e David. Pelo carinho e incentivo, pela cumplicidade e por todas as experiências compartilhadas.

À minha amiga Rayssa Sousa pelo cuidado e pelas palavras de apoio.

Aos funcionários do arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, em especial César e Christofferson, pelo acolhimento, pela ajuda e prestatividade.

A Nivaldo Germano, pela orientação segura e cuidadosa e pela disponibilidade.

Ao corpo docente do Curso de História pela ampliação do conhecimento até então em áreas desconhecidas.

A todos que direta ou indiretamente me auxiliaram na execução desse trabalho.

RESUMO

A prosperidade da economia agroexportadora do Maranhão se manteve nos primeiros anos do século XIX e fez do Maranhão uma das mais importantes economias da América Portuguesa. Essa bonança refletiu no meio social, e possibilitou diversas transformações ao longo desse século, como o desenvolvimento do setor bancário, da infraestrutura dos serviços urbanos e o melhoramento da navegação, que juntamente com atuação do mercado interno, trouxeram uma heterogeneidade na movimentação econômica do oitocentos. Essas transformações retrataram uma preocupação da elite maranhense com a modernização do espaço urbano de São Luís, que buscou levar um progresso social e cultural à província, com novos cargos administrativos e novos hábitos ampliando o consumo de bens europeus. Assim, este trabalho busca compreender o comportamento socioeconômico da elite maranhense em contexto financeiro instável, suas estratégias e seus resultados. Através da análise de dados quantitativos e qualitativos de testamentos e inventários *post-mortem* juntamente com a análise dos Códigos de Posturas Municipais.

Palavras-chave: Modernização. Agroexportação. *Decadência*. Opulência.

ABSTRACT

The prosperity of Maranhão's agro-exporting economy continued in the early years of the 19th century and made Maranhão one of the most important economies in Portuguese America. This bonanza reflected in the social environment, and allowed for several transformations throughout this century, such as the development of the banking sector, the infrastructure of urban services and the improvement of navigation, which together with the performance of the domestic market, brought a heterogeneity in the economic movement of the nineteenth century. These transformations portrayed a concern of the Maranese elite with the modernization of the urban space of São Luís, which sought to bring social and cultural progress to the province, with new administrative positions and new habits increasing the consumption of European goods. Thus, this work seeks to understand the socioeconomic behavior of the Maranese elite in an unstable financial context, its strategies and its results. Through the analysis of quantitative and qualitative data of wills and post-mortem inventories together with the analysis of the Codes of Municipal Postures.

Keywords: Modernization. Agroexport. *Decadence*. Opulence.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Sacas de Algodão Exportadas (1760-1800).....	20
TABELA 02 - Evolução da produção norte-americana de algodão.....	23
TABELA 03 - População do Maranhão entre 1821-1877.....	27
TABELA 04 - Importação de Algodão pela Inglaterra (fardos) (1860-1866).....	32
TABELA 05 - Ações de Bancos e Companhias (1868 e 1879).....	58
TABELA 06 - Número de escravos sob posse dos inventariados (1868, 1869 e 1879).....	62
TABELA 07 - Distribuição dos escravos entre os proprietários de terra da Comarca de São Luís (1868, 1869 e 1879).....	65
TABELA 08 - Número de escravos empregados nas unidades produtivas da Ribeira do Itapecuru (1794-1824).....	65
TABELA 09 - Distribuição dos inventários maranhenses por faixas/níveis de fortuna (1868, 1869 e 1879).....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. REAVALIANDO A ECONOMIA MARANHENSE NO SÉCULO XIX	14
1.1 Expansão do Sistema agro-exportador.....	17
1.2 Ingleses no Maranhão.....	21
1.3 Comércio e Opulência.....	23
2. NOVOS PADRÕES DE RIQUEZA E AS TRANSFORMAÇÕES DA OPULÊNCIA EM SÃO LUÍS OITOCENTISTA.....	34
2.1 Transformações urbanas.....	42
2.2 Espaços de sociabilidade	49
3. RIQUEZA E OPULÊNCIA NAS RELAÇÕES FINANCEIRAS E SOCIAIS DA ELITE MARANHENSE.....	53
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por várias transformações socioeconômicas com o processo de urbanização em São Luís. Diante disso, o presente trabalho pretende tratar da “opulência” da elite maranhense no oitocentos, buscando compreender o comportamento socioeconômico da elite maranhense em contexto financeiro instável, suas estratégias e seus resultados. Para isso, propõe-se analisar as famílias desse período através de dados quantitativos e qualitativos dos testamentos e inventários *post-mortem*, juntamente com a análise dos Códigos de Posturas Municipais.

O século XIX é caracterizado pela historiografia tradicional maranhense por um período de decadência, definido pelos letrados coevos como “decadência da lavoura”. Estes letrados, classificados¹ como *patronos e clássicos*, desenvolveram seus estudos a partir das primeiras décadas do século XIX, e em suas análises e reflexões, a “decadência da lavoura” é destacada como o principal elemento para se compreender a vida econômica e social da província.

Assim, os mesmos, acabaram exaltando o passado, como Raimundo Gaioso (1813), que remetia esse passado à prosperidade e ao progresso, destacando o período pombalino como grande “apogeu”. Dessa forma, explicam essa “decadência” por meio da ausência de determinadas qualificações tidas como necessárias: “falta de conhecimentos profissionais”, “falta de capitais”, “falta de braços”, “falta de comunicações apropriadas”, “falta de terras por causa do gentio”, entre outras (ALMEIDA, 1982, apud FARIA, 2012, p.47).

Diante disso, o que se percebe nessas explicações é que além da heterogeneidade de versões sobre essa *ideologia*², há discordâncias e controvérsias entre os letrados, mas, há um ponto em comum entre eles, ambos afirmam essa “decadência da lavoura” como elemento explicativo das circunstâncias econômicas e sociais da província. Em suas justificativas há reflexos tanto dos envolvimento individuais quanto dos grupos aos quais representavam (ALMEIDA, 2008).

¹Classificados nas histórias literárias e pelas agências de legitimação a nível regional (ALMEIDA, 2008, p.20).

²No que respeita ao conceito de ideologia Marilena Chaui (2008, p. 28) destaca que o mesmo apresenta dois significados. O primeiro refere-se a uma atividade filosófico-científica, que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre corpo humano e o meio ambiente; e o segundo ao conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral”, quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época. É neste último sentido, que Alfredo Wagner caracteriza essas interpretações, a respeito da economia maranhense oitocentista como *ideologia da decadência*.

Entretanto, a economia maranhense do século XIX não pode ser generalizada pela *ideologia* da “decadência da lavoura”, a vida econômica da província não paralisou. A economia naquele século foi marcada por altos e baixos, principalmente no que se refere ao sistema agroexportador. Porém, segundo Faria (2012), este problema não era exclusivo no Maranhão, pois todas as províncias do Nordeste, produtoras de algodão e açúcar, estavam à margem do processo de acumulação de capitais em curso no Sudeste em torno do complexo cafeeiro. Sendo assim, é importante destacar que a economia maranhense não pode ser percebida e caracterizada apenas por crises ou “decadências”, pois foi marcada também por novas transformações, como o desenvolvimento do setor bancário, da infraestrutura dos serviços urbanos e o melhoramento da navegação, em que caracterizaram o âmbito social e cultural da segunda metade do século XIX (FARIA, 2012).

Diante disso, as elites ludovicenses também passaram por altos e baixos, justamente pelo reflexo da economia agroexportadora, pois houve vários momentos de crise e crescimento da lavoura, com produções de arroz, algodão e açúcar. Há uma parcela da elite, de famílias de proprietários, que empobrecem com determinada produção; outras, de famílias de proprietários, que ascendem a essa classe com outra produção; assim também como, outra parcela da elite, de família de comerciantes, que ascendem e se sobressaem a alguns lavradores. O que se faz necessário compreender como essas famílias se comportaram em relação à riqueza no momento de crise da agroexportação, principalmente porque houve outro eixo econômico em expansão, a infraestrutura dos serviços urbanos. Pois, independentemente do empobrecimento ou enriquecimento dessa elite, a dinâmica econômica refletia no meio social urbano para afirmar ou reafirmar a sua posição social com a opulência.

A “opulência” da elite ludovicense no Maranhão oitocentista ainda é pouco explorada por autores maranhenses. Dessa forma, a presente pesquisa visa compreender a manifestação da riqueza da elite maranhense, e quais mecanismos ela utilizava para se estabelecer na sociedade, de acordo com os altos e baixos da economia. A pesquisa a partir deste estudo busca trazer contribuições para a historiografia maranhense.

Sendo assim, essa classe não pode ser analisada por meio da ideologia da “decadência da lavoura”, ou seja, diferente do que é interpretado pela historiografia maranhense, em que esta já se tornou senso comum. São poucos os autores que fazem um questionamento a essa interpretação, como Alfredo Wagner Almeida (2008), Mathias Assunção (2010) e Regina Faria (2012).

É necessário quebrar esses paradigmas e entender que a economia maranhense não é um processo homogêneo, que as crises na lavoura não se estabeleceram num processo

contínuo - o arroz, o algodão e o açúcar, movimentaram a produção de exportação no Maranhão, tendo momentos de auge e crise, em períodos diferentes - e que houve outros mercados além da exportação como o interno, e os setores urbanos.

Diante do processo de modernização do espaço urbano na segunda metade do século XIX, parte da elite se manifestará ostentando suas riquezas. Riqueza esta, que deve ser entendida de forma plural, diante da heterogeneidade da composição dessa elite. Análise esta, que contribuirá com a historiografia maranhense.

Dessa forma, direcionamos nossa investigação para atingir os seguintes objetivos: discutir a visão da historiografia maranhense sobre a economia do século XIX; analisar a modernização do espaço urbano da cidade de São Luís; identificar os principais “bens de consumo” e a finalidade de seu uso.

As documentações utilizadas nesta pesquisa foram os inventários *post-mortem* e seus respectivos testamentos.³ Foram selecionados os de maiores fortunas e os que possuíam alguma movimentação nos espólios dos respectivos anos: dez⁴ referentes aos anos de 1868 e 1869, e dez aos de 1879 - justamente por serem duas décadas de intervenção do governo nos serviços públicos de melhoramentos urbanos, e período de segundo auge na agroexportação maranhense, com o algodão e o açúcar - que estão disponíveis no arquivo histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão, com sede em São Luís.

A primeira análise, quantitativa, procedeu por levantamentos de bens, sendo eles: móveis, destacando-se prata, ouro e livros; imóveis, casas e lojas comerciais; semoventes, animais e escravos; ações bancárias; dívidas ativas e passivas. E a segunda, qualitativa, procedeu pela percepção das relações que os sujeitos estabeleciam, que através da análise de inventariados (as) e testamenteiros (as), sendo estes, lavradores, negociantes, funcionários públicos, proprietários, médicos, militares;⁵ permitiram listar alguns poucos bens materiais que representavam a opulência desta sociedade, averiguar as relações que eram estabelecidas entre os mesmo e suas condições financeiras. Assim como, possibilitou uma aproximação com o espaço urbano, o cotidiano e a vida privada dessa sociedade.

Além desses documentos analisamos os Códigos de Posturas Municipais de São Luís do ano de 1865, que estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão, com sede em São Luís. E utilizamos os jornais: Diário do Maranhão (1855, 1881), O País – MA (1876, 1878), O Correio da Tarde: Jornal Politico, Litterario e Commercial – RJ (1852) e Gazeta de

³ Nem todos os inventariados possuíam testamentos. De todos analisadas, apenas oito possuíam testamento.

⁴ Três de 1868 e sete de 1869.

⁵ Cinco deles não foi possível identificar a profissão, mediante vestígios de alguns é possível fazer um levantamento de suposição.

Petrópolis - RJ (1900); e o Almanak administrativo, mercantil e industrial – MA (1858), disponíveis online.⁶ Que foram relacionados com as análises qualitativas dos testamentos e inventários *post-mortem*.

Essa pesquisa, que trata do “Patrimônio e opulência da elite maranhense oitocentista”, se enquadra na perspectiva da História Social - que se estruturou pensando na posição do sujeito na sociedade, em seu meio coletivo, e o que ele produz, ou seja, nos faz pensar no sujeito a partir do seu lugar social.

Segundo Hebe Castro, o movimento dos Annales permitiu retratar uma nova história, dando forma a História Social. Além de abrir um leque para a história vista de baixo, novos assuntos ganharam destaque como o cotidiano, que falava de amor, morte, família, modos de vestir, etc., tendo uma proximidade com a narrativa. Como também, concedeu a ampliação da noção de fonte, quebrando principalmente a resistência ao uso da imprensa, e estendendo o olhar para novos meios, como as fontes demográficas. Assim, a História Social se estruturou, pensando na posição do sujeito na sociedade, em seu meio coletivo, e o que ele produz.

Dessa forma, Hebe Castro (1997) destaca que novos métodos de leitura e tratamento de fontes demográficas ou cartorárias, e sua combinação com fontes qualitativas vêm produzindo expressivos resultados. E que a pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada em relação às generalizações teóricas predominantes nos modelos anteriores.

Diante dessas concepções, um ponto importante a ser analisado é o cotidiano, destacado por E. P. Thompson (2001), que permite um olhar mais criterioso diante do mesmo. Estudar o cotidiano, não é um trabalho tão simples, pois este geralmente não é registrado por se tratar de fatos comuns; é o extraordinário que se fixa, que se menciona, que é mais acentuado, afetando assim o estudo do ordinário. Mas, podemos ter acesso a esse cotidiano por meio de literatos, artigos de jornais, cronistas e também por meio de inventários e testamentos.

Ao ter acesso a essas fontes, é necessário criticá-las, como também identificar a origem desses costumes e seus contextos. Aliado a isso, é fundamental estender esse olhar criterioso aos dados quantitativos, que precisam ser analisadas num contexto total. O senso comum está relacionado a esses costumes, são elementos do *status quo* que vão inserindo de modo muito claro o que é hegemônico na sociedade.

⁶ Site da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em jan. de 2018.

Desse modo, o contato com a História da Cultura Material auxiliará na análise da manifestação de riqueza dessa classe, pois como enfatiza Jean-Marie Pesez (1990), ela está entrelaçada com o cotidiano, assim, permitirá uma melhor visualização da vida cotidiana e da vida privada dessa elite ludovicense.

José D'Assunção Barros aponta que a História da Cultura Material é “o campo histórico que estuda fundamentalmente os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana” (2004, p.4). E que tem como noção fundamental a “matéria”, que pode se remeter a um tipo durável ou a um tipo perecível.

Dessa forma, a História da Cultura Material se estende ao estudo de utensílios, alimentação, vestuário, moradia e condições materiais do trabalho humano, porém, não faz um estudo limitado desse objeto material, suas perspectivas vão mais além, deve ser examinado “seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural” (BARROS, 2004, p.5).

Além disso, para complementar a análise dessa classe, é necessário destacar o conceito de “opulência”, que é abordado por Kátia Mattoso, segundo a qual, “opulência” é uma palavra carregada de sentidos, os quais, aliás, vão se particularizando ao longo do século XIX. Para Vilhena (apud Mattoso, 1998, p.149) a “opulência” quer dizer riqueza, uma riqueza grande, porém, “antecipando-se aos verbetes cada vez mais precisos das edições sucessivas dos dicionários publicados em Portugal, ele já lhe atribui o sentido de riqueza ostentatória” (MATTOSO, 1998, p.149). À vista disso, é necessário investigar o que esse luxo pretendia esconder ou revelar, assim como os interesses que perpassavam por essa elite ludovicense na segunda metade do século XIX.

No primeiro capítulo fizemos uma análise da economia maranhense no século XIX, abordando primeiramente os principais produtos da agroexportação, suas crises. Posteriormente o fortalecimento de outros eixos, do mercado interno, da Navegação a Vapor e do Setor Bancário, e assim, demonstrar como a economia maranhense era oscilante e, por isso, dinâmica.

No segundo capítulo abordamos relações estratégicas utilizadas pela sociedade para manutenção e ascensão nas estruturas de poder, destacando o investimento na educação da prole abastada na Europa e em outras Províncias do império, bem como, o reflexo da elite opulenta diante das transformações socioeconômicas no âmbito profissional, e no espaço urbano.

No terceiro capítulo analisamos a dinâmica financeira dos inventariados, destacando as estratégias de investimentos destes que refletiram no valor da sua fortuna líquida. Salientando o novo mercado de ações e o setor industrial, e as novas transformações no comércio escravista. Desta forma, constatamos que a aplicação dos investimentos na segunda metade do século XIX, se expandiu em diferentes setores e produtos, e que a elite ocupando os cargos administrativos, buscou transformar o espaço urbano, investiu na educação técnica de pessoas comuns, no disciplinamento do espaço urbano e nos serviços de infraestrutura remodelando seus padrões de riqueza de agrário-mercante para urbano-industrial.

1. REAVALIANDO A ECONOMIA MARANHENSE NO SÉCULO XIX

O algodão⁷ foi um dos principais produtos de destaque na economia maranhense e possibilitou transformações econômicas em diferentes fases nos séculos XVIII e XIX. O ano de 1756 marca a primeira exportação deste gênero sob a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e, conseqüentemente, abre espaço para a plantação e a comercialização de outros produtos, como o arroz, a partir de 1765.

A partir do contato com os europeus – sendo o primeiro permeado pelo escambo –, o algodão teve seu cultivo ampliado. No Maranhão, segundo César Marques (1970) essa cultura é testada pela primeira vez com os franceses⁸ em 1612, após a fixação da primeira cruz e a celebração da primeira missa pelos missionários capuchinos. Entretanto, com a Batalha de Guaxenduba (1614 – 1615),⁹ e a suposta derrota dos franceses, levou, num primeiro momento, “esse território a perder parte de sua atividade econômica, pois muitos empreendimentos iniciados por estes foram deixados de lado, como o plantio de algodão e tabaco” (XIMENDES, 2013, p.34).

Porquanto, o interesse econômico dos portugueses não estava em primeiro plano nesse momento, o objetivo principal era a proteção das terras do norte¹⁰, com o sustento das tropas portuguesas, devido o receio de novas invasões.¹¹ O que é evidenciado por Jerônimo de

⁷ Nativo do Brasil, o algodão já era utilizado pelos indígenas muito antes da chegada dos Portugueses (PRADO JR., 1945), além da pluma, as sementes e as folhas também eram usufruídas, nos respectivos preparos de alimentos e como ervas medicinais. No século XVI, foram encontradas espécies selvagens do algodoeiro que se diferenciavam das encontradas na Ásia e em outras áreas da América. Além dessas, dois principais tipos eram encontrados no período da colonização, o Rim-de-boi ou inteiro e o Quebradinho, que pertenciam à espécie *Gossypium barbadense*, originada há mais de cinco mil anos na região subandina ocidental do Peru, diferenciando-se da variedade brasileira, que se disseminou no lado oriental da cordilheira dos Andes e se superpôs no Brasil a algodões pré-existentes, cujas relíquias seriam as formas selvagens encontradas (NEVES & JUNQUEIRA, 1967, apud COELHO, 2002, p.04).

⁸ De acordo com Luís Tavares (2014), a França Equinocial teve maior sucesso comercial, embora efêmero.

⁹ Apesar da desvantagem da expedição portuguesa, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, em armamento, soldados e munição, ela foi vitoriosa sobre os franceses, o que ficou conhecido como *jornada milagrosa*. Dentre as várias histórias, a mais conhecida justifica essa vitória pela aparição de Nossa Senhora da Vitória, que trouxe proteção aos portugueses e transformou areia em pólvora. Entretanto, “essa vitória em condições tão desfavoráveis, muito intrigou os pesquisadores que buscaram explicações suficientemente aceitáveis” (XIMENDES, 2013, p.34). Luís Tavares (2014) aponta que houve uma negociação entre a França e a coroa espanhola, que resultou em uma entrega formal do forte aos portugueses. E que há documentos que sugerem relações amigáveis no convívio entre franceses e portugueses em determinados momentos durante a Batalha.

¹⁰ Em 1621, logo após a expulsão dos franceses, é criado o Estado do Maranhão, unidade administrativa da coroa portuguesa, que compreendia as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará. A América Portuguesa era dividida entre o Estado do Maranhão, com Capital em São Luís, e o Estado do Brasil, com capital em Salvador (COUCEIRO; DA SILVA, 2015, p. 3).

¹¹ De acordo com Silva e Souza (2016, p.33) a invasão francesa no norte da América portuguesa também comprometia os interesses da Espanha. Nessa época, Portugal estava sob o domínio da Coroa espanhola, que preocupada em resguardar suas minas de ouro e prata no Peru, cobrou de Portugal a ocupação efetiva do Maranhão. Alegando que a proximidade dos franceses poderia facilitar, devido ao traçado dos rios, a exploração

Viveiros (1954, p.13) quando apresenta as *Despesas do Maranhão e Pará no ano de 1616* em que estavam orçadas em 16.335\$60 com uma tropa portuguesa de 513 homens, enquanto as da Bahia – sede do governo da colônia – estava em 18.681\$000 com uma tropa que não passava de 140 homens e a de Pernambuco não chegava a 100 homens.

Soares de Souza (1938) ressalta a ampliação da cultura do algodão em outras capitânicas do Brasil, como na Bahia, que no final do século XVI já havia muito boas fazendas de cana-de-açúcar e algodão (apud COELHO, 2002, p. 7). Contudo, dois fatores foram cruciais para que a cana-de-açúcar se sobressaísse ao algodão e dominasse as exportações na colônia portuguesa: o destaque do açúcar na Europa, que resultou em altos preços, o que possibilitou rendimentos muito mais atrativos que o algodão; e o destaque do linho e da lã – produtos locais – na confecção de seus tecidos.

Dessa forma, o algodão, apesar de estar presente em várias capitânicas da América portuguesa, nos primeiros anos da colonização tinha uma produção diminuta ou de subsistência. Diante de uma exportação insignificante, essa produção se voltava para duas atividades internas, o fabrico de roupas e as trocas comerciais.

A primeira atividade era fiada e tecida em panos grosseiros, feitos manualmente, atividade esta, que já era praticada pelos indígenas, e foi descrita por Jean de Lery, no século XVI:

Depois de tirar o algodão de capulhos estendem-no com os dedos sem o cardar e amontoam no chão sobre qualquer objeto: como não usam rocas semelhantes às européias, prendem os fios à parte mais comprida de um pau redondo (fuso) da grossura de um dedo e um pé de comprimento mais ou menos com uma espécie de pino de madeira da mesma grossura colocado de través, rolam depois esse pau sobre as coxas e torcem soltando-o da mão como fazem as fiandeiras com as massarocas, e o volteiam no meio da casa ou em qualquer outro lugar, obtendo desse modo não só os fios grosseiros para redes, mas também delgadíssimos e bem trabalhados (Apud CORREA, 2002, p. 6).

Raimundo Gaioso (1970, p.107) destaca um grupo de indígenas com um idioma diferenciado no Maranhão – nomeados de gentio branco, ou Coyarcá –, e traz na sua descrição o uso do algodão entre os indígenas: “[...] Dizem mais que elles vem pescar ao rio Guajahú, por huma pequena quebrada da dita serra, e que andão vestidos, ou cobertos de panno de algodão, tecido por elles. Seria facil descobrir-se a realidade da origem que se dá a esses Coyarcás[...]”.

das minas espanholas por uma rota partindo do Maranhão, Pará ou Amazonas devido à extensa bacia hidrográfica da região.

As vestimentas produzidas na colônia não eram utilizadas apenas pelas classes mais pobres e pelos escravos (PRADO JR., 1945), mas também, pelas classes abastadas, como no Maranhão, em que as crônicas à época enfatizavam a “miséria” da capitania nesse período; que eram presentes “homens descalços, com apenas os mais ricos vestindo panos de algodão pintados de preto” (SIMONSEN apud ROLIM FILHO, 2016, p.14).

A segunda atividade utilizava o algodão na falta de moedas, tendo como destaque a Capitania do Maranhão, que diante de uma economia de exportação limitada nos primeiros anos de sua ocupação, o algodão era um produto raro e caro; um novelo de fio de algodão valia 100 réis e um rolo de pano 10 mil réis. Prática esta, que perdurou até a segunda metade do século XVIII. Contudo, isso não indica uma estagnação comercial, tendo em vista que “áreas mais ricas como Pernambuco e Bahia, nesse período, usavam o açúcar como moeda nas transições comerciais” (XIMENDES, 1999, p.80).

O início da produção não só do algodão, mas do açúcar no Maranhão, após a ocupação portuguesa, era diminuta; e quando ocorriam algumas das poucas exportações para Portugal ou a comercialização com outras capitanias, desestruturava a economia local, como o aumento de valor interno do algodão-moeda. A Câmara municipal reagiu diante disso, sobretudo com as trocas comerciais entre as cidades de São Luís e Belém, que teve como consequência, a saída de muitos panos de São Luís, pois os rolos de panos do Pará valiam o dobro dos rolos do Maranhão, o que tornava lucrativo para os que possuíam enviá-los para Belém (XIMENDES, 2013, p.187).

Assim, para não serem privados da sua moeda de troca, a Câmara, através do termo de vereação de 06 de outubro de 1670, proibiu a saída dos panos de algodão da cidade sem o seu consentimento, e lançou multas para quem não cumprisse o estabelecido (XIMENDES, 2013).

Entretanto, a Câmara Municipal de São Luís precisou intervir novamente bem no início do século XVIII, pois essas práticas comerciais não cessaram após 1670. A própria população protestou à Câmara, pois houve momentos que a produção de algodão não supriu as necessidades mais básicas da população, principalmente na elaboração das vestimentas. Em 1º de fevereiro de 1703 a Câmara decretou a proibição da exportação de caroço e rama, que eram necessários para a fabricação de rolos de pano (MARQUES, 1970, p.12), “para evitar que o comércio local fosse paralisado de vez” (ROLIM FILHO, 2016, p.18).

Além disso, a falsificação de moedas foi outro problema enfrentado pela Câmara. Ximendes (2013, p.213) destaca a vereação de 20 de fevereiro de 1678 e a de 5 de março de 1678, em que aquela requereu que todo pano tecido trouxesse a marca do tecelão; e esta que

todo pano que tivesse sido feito antes do estabelecimento da marca, fosse encaminhado para o senado da Câmara marcar com um selo.

1.1 Expansão do Sistema agro-exportador

O final do século XVIII foi marcado pela Revolução Industrial, com novas organizações no espaço de produção e desenvolvimentos científicos e tecnológicos, como as invenções da *spinningjenny* – primeira máquina de fiar rotativa – em 1764, por James Hargreaves; e da *Water Frame*– uma máquina com estrutura de fiação movida à água – em 1768, por Richard Arkwright; ambas se destacaram na primeira fase da revolução por aprimorarem a técnica de utilização do algodão na produção do tecido; visto que, a introdução da matéria-prima do algodão nessa produção, já tinha iniciado desde 1730.

Diante dessas transformações, a Inglaterra tornou-se uma potência mundial na indústria têxtil, mas, para isso, vale ressaltar que a disponibilidade do fornecimento de matéria-prima barata das Américas foi fundamental para esse processo. Os ingleses “ficaram cada vez mais dependentes do algodão produzido nos territórios coloniais, sendo ou não de sua posse” (COUCEIRO; DA SILVA, 2015, p.207); o que foi decisivo para o crescimento das exportações de algodão no Brasil, diante da baixa das exportações de cana-de-açúcar, desde a segunda metade do século XVII, devido à concorrência com o açúcar das Antilhas.¹²

Dentre as capitanias portuguesas, o Maranhão se destacou nesse crescimento e se tornou o principal produtor de algodão. Aos poucos – de forma tardia – a economia exportadora deste território perpassou por algumas variações importantes no século XVIII.

Os indígenas foram, por um longo tempo, a principal mão de obra, escrava ou servil, no Maranhão, tanto no trabalho doméstico, quanto na lavoura; refletindo com forte influência na formação inicial dessa capitania, pois “havia uma forte mestiçagem entre portugueses e ameríndios, haja vista que poucas mulheres europeias se aventuravam a colonizar uma terra tão inóspita” (FAUSTO, 2001 apud ROMIM FILHO, 2016, p. 10). Além disso, ocorreram fortes disputas econômicas e políticas entre colonos e jesuítas pelos indígenas. Aliás, a historiografia americana tem demonstrado cada vez mais claro que os próprios indígenas eram agentes conscientes no processo de colonização, em multifacetadas posições de apoio, resistência e transformação diante da colonização (MONTEIRO, 2011, p.53-78).

¹²De acordo com Pereira Filho (2013) os holandeses após serem expulsos do Brasil, foram para as Antilhas, conhecida também como América Central Insular, e montaram uma estrutura produtiva muito mais moderna e eficiente.

Apesar das propostas da Companhia de Comércio do Maranhão – criada pela Coroa portuguesa em 1682 – de “incentivar o desenvolvimento da região, facilitar a produção, o escoamento de produtos, e prover o abastecimento da região com mão de obra escrava africana” (ROLIM FILHO, 2016, p. 14), a utilização da mão de obra escrava indígena não cessou, pois não houve o abastecimento adequado de mão de obra escrava africana. A Companhia não cumpriu muitos dos seus objetivos propostos, o que ocasionou insatisfação e revolta entre os colonos, que contestavam também os lucros abusivos e a baixa qualidade dos produtos vendidos pela Companhia, que resultou na Revolta de Beckman.¹³

O abastecimento efetivo de mão obra escrava africana no Maranhão só ocorreu em 1761,¹⁴ após a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755);¹⁵ que propiciou financiamento, ferramentas, mantimentos e sementes aos fazendeiros, para o desenvolvimento das produções não só de algodão, mas do arroz e couro para exportação; além de outros produtos em menor escala como gengibre, cacau e goma. Aqueles primeiros logo se expandiram nas margens do rio Itapecuru, baseados no sistema agrícola de *plantation* em de grandes fazendas.

Entretanto, entre 1612 e 1755, havia uma movimentação econômica, com desenvolvimento de um mercado interno, que possuía uma diversidade social. Pois, apesar de sofrer com as limitações no abastecimento de mão de obra escrava africana, havia uma movimentação de livres brancos, índios, negros em corporações de ofícios, além de uma acumulação de riqueza e movimentação comercial com outras províncias. Dessa forma, Carlos Alberto Ximenes (1999) desconstrói o retrato de miséria e pobreza no período colonial maranhense, que antecedeu às reformas pombalinas.

A Companhia de Comércio manteve durante vinte anos um fornecimento regular de seiscentos escravos por ano, ou seja, doze mil em 20 anos, vendidos a menor preço e em longo prazo (VIVEIROS, 1954, p.84). Isto resultou em grandes mudanças na sociedade, tendo em vista que em 1798, a população escrava representava 46,5% da população da capitania; às vésperas da independência das colônias portuguesas na América, em 1822, a província do

¹³ Manoel Beckman, “conhecido como Bequimão” (NOVINSKI, Apud BORRALHO, 2009, p. 27), liderou essa revolta juntamente com seu irmão Thomas Beckman em 1684. Segundo Jomar Pereira Filho (2015), além de quererem o fim da Companhia de Comércio, clamavam pela expulsão dos jesuítas que eram contrários a escravização indígena. A revolta perdeu fôlego durante seus quinze meses de duração, até a chegada do novo governador-geral, seguido de tropa e com ordens de condenação e execução do cabeça de motim. Beckman foi na condição de líder enforcado em 1684. Porém, o monopólio da Companhia logo foi desativado pela Coroa no ano seguinte.

¹⁴ Mesmo ano em que foi decretado a liberdade dos indígenas no Maranhão pelo rei de Portugal, D.José I.

¹⁵ Iniciativa de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, nomeado primeiro-ministro português (1750 — 1777) por D.José I, que buscou condições objetivas de expansão econômica.

Maranhão era a que possuía maior quantidade de escravos, em termos de sua população absoluta, cerca de 55% (COUCEIRO;DA SILVA, 2015, p.201). Por isso, Caio Prado Jr. (1945, p.57) ressalta que o algodão, apesar de branco, tornou o Maranhão preto.

Além do algodão, outro produto se destacou nas exportações, o arroz. No Maranhão, em 1776, foi criado o “primeiro engenho de arroz” (fábrica de soque); nesse cenário, se destaca Joaquim de Mello e Povoas (governador) e Lourenço Belfort (lavrador), que fizeram grandes investimentos, além de importar técnicas e pessoas especializadas, que pudessem treinar os africanos no trabalho na lavoura algodoeira.

O arroz considerado nativo no Maranhão era o “Arroz de Veneza”,¹⁶ mais avermelhado, miúdo e quebradiço; por conta da sua baixa produtividade, foi substituído pelo “Carolina” –o arroz da Carolina do Sul, o *Oryza Sativa*, de origem asiática. Este logo foi introduzido nas plantações maranhenses, principalmente pela medida radical do governador Joaquim de Mello, em 1776, pela qual determinou que nenhum lavrador, de qualquer qualidade ou condição, pudesse semear outro arroz que não fosse o da Carolina (BARROSO JÚNIOR, 2011).

É importante destacar que todo esse desenvolvimento e auge da economia maranhense, ocasionado principalmente pela cultura do algodão e do arroz, a partir da segunda metade do século XVIII, “ocorreu sob o comércio colonial que integrava o Antigo Sistema Colonial, que por sua vez fazia parte do Sistema Mercantilista”¹⁷ (BARBOSA, 2005, p.20). Todas essas organizações, como as companhias comerciais criadas na colônia, movimentaram grandes capitais para a metrópole e representaram uma segurança financeira na obtenção de lucros e na manutenção daquele sistema.

Isso ocorreu de forma significativa com a inserção da mão de obra escrava africana nas capitanias. Esta medida foi favorável aos lavradores, entretanto, rendeu muito mais lucros à metrópole.

[...] O trabalho escravo permitia uma dupla extração de excedente econômico, à medida que era o mercador metropolitano quem vendia esse escravo ao produtor colonial, lucrando uma primeira vez e depois comprava, a preço de monopólio, a produção encarecida por esse escravo, revendendo-a

¹⁶O “Arroz de Veneza” não era nativo do Maranhão ou Piauí. Judith Carney (apud BARROSO JÚNIOR, 2011) que levantou estudos de cronistas e viajantes da época, evidencia o transporte de grãos de arroz junto com as escravas em seus cabelos e mãos, durante o tráfico de escravos pelo Atlântico, mas há outras hipóteses quanto a sua origem no meio-norte da colônia portuguesa: o transporte feito pelos africanos através da diáspora negra e o transporte por meio dos navegantes da África Ocidental para a América Portuguesa.

¹⁷Doutrina econômica que caracterizou o período da Revolução Comercial, séculos XVI ao XVIII. Foi um dos fatores responsáveis pelo surgimento dos grandes Estados modernos na Europa Ocidental, contribuindo para que os mesmos monopolizassem os mercados e os produtos ao garantir a exploração da compra e venda de mercadorias nas colônias (BARBOSA, 2005, p.20).

com exclusividade ao consumidor metropolitano a preço de monopólio (BARBOSA, 2005, p.20).

Mediante os efeitos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756), ocorrerá outro fator importante na segunda metade do século XVIII que, somado a esse, possibilitará sua expansão no mercado internacional. A guerra de Independência das Treze Colônias inglesas (1775–1783) abriu mercado para outras colônias e nações, pela suspensão da Inglaterra das importações dos Estados Unidos.

Em 1780, o algodão passou a representar 75% das exportações brasileiras, superado apenas pelo açúcar; o Maranhão se tornou a segunda maior região exportadora, depois de Pernambuco (ASSUNÇÃO, 2010, p.36).

TABELA 01: Sacas de Algodão Exportadas (1760-1800)

Ano	Nº de sacas	Ano	Nº de sacas
1760	130	1780	7.417
1761	385	1781	8.674
1762	436	1782	9.914
1763	731	1783	9.046
1764	709	1784	9.533
1765	1.504	1785	9.252
1766	2.245	1786	12.015
1767	4.762	1787	11.349
1768	4.762	1788	11.354
1769	5.094	1789	11.891
1770	3.115	1790	11.321
1771	811	1791	12.735
1772	Sem dados	1792	14.873
1773	Sem dados	1793	13.513
1774	Sem dados	1794	19.920
1775	Sem dados	1795	27.187
1776	3.602	1796	24.680
1777	6.290	1797	18.882
1778	7.296	1798	10.287
1779	7.329	1799	30.287
		1800	29.799

Fonte: ROLIM FILHO, 2016, p. 21.

Raimundo Gaioso (1970, p.169; 218) destaca que o porto de São Luís foi movimentado com 26 navios no ano de 1788, e que antes do *boom* das exportações de algodão, entrava na ilha apenas um navio de ano em ano. Esta expansão que teve como resultado, no ano de 1799, uma exportação de 30.000 sacas, em comparação com a primeira exportação de 130 sacas, em 1760, resultou em um valor 240 vezes maior.

Esses dados, da tabela 01 acima, também demonstram que o crescimento da exportação de algodão não foi tão rápido. Em 1760 foram exportadas 130 sacas, em 1770 3.115 sacas e em 1780 7.417 sacas. A exportação de 30.000 sacas (1799) só foi atingida depois de 39 anos, ou seja, os dados apresentam um progresso gradativo da exportação de algodão. O que juntamente com as análises de Ximenes (1999), de que no Maranhão colonial havia uma diversidade econômica e social, nos ajuda a desconstruir a interpretação de Marquês de Pombal como um grande herói, que “acabou mitificado por uma historiografia tradicional, na qual é visto praticamente como um Midas” (FARIA 2012, p.40).

1.2 Ingleses no Maranhão

Diante do apoio do governo britânico dado ao deslocamento da Família Real portuguesa para o Brasil em 1808, o “império da América Meridional (Brasil), e a Grã-Bretanha, ficarão ligados [...] fazendo estas duas potências um comércio só e exclusivo” (MORAES, 1872, p. 25-30, apud CARVALHO, 2012, p. 2). A abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808 intensificou a presença dos ingleses, o que movimentou as transações financeiras do comércio brasileiro.

No Maranhão, Viveiros (1954) destaca que em 1811, eles mantinham no Maranhão duas casas comerciais; porém, em 1812, chegam a estabelecer doze novas casas comerciais, dentre elas, a *Wellstood & Bingham* e a *Wilson & Cia*. Nesse período, “56% das exportações maranhenses já iam diretamente para a Inglaterra e 45% das importações provinham deste país” (ASSUNÇÃO, 2010, p.40).

Atraídos pelo crescimento das exportações de algodão e pela ausência de tradição de concorrência, os ingleses começaram a se expandir pelo atlântico, alcançando diversas regiões, dentre as quais se destacava no porto de São Luís. “Em nenhum grande porto do Brasil a posição da Inglaterra era tão forte como em São Luís. Os ingleses determinavam as taxas de câmbio, os fretes, o valor das moedas e dos produtos do país. Tinham papel

preponderante na importação e na exportação” (SCHNEIDER apud ASSUNÇÃO, 2010, p.40).

Vale ressaltar que, o interesse dos ingleses pelas terras da América portuguesa antecede a 1808. Relações comerciais já haviam iniciado desde o século XVII com tratados anglo-portugueses, dentre entre eles, a Carta dos Privilégios Ingleses nos Domínios Portugueses em 1647; a Grande Carta das Liberdades inglesas¹⁸ em Portugal em 1654, que “concediam e garantiam uma série de direitos aos ingleses em colônias portuguesas como, por exemplo, fixar residência e comércio em solo brasileiro” (COUCEIRO; DA SILVA, 2015, p. 197); além do Tratado de Methuen em 1703.¹⁹ Os “produtos brasileiros já chegavam aos mercados ingleses” desde a assinatura desses tratados (ASSUNÇÃO, 2010, p.38).

Entretanto, essas relações cessaram no período da atuação do Marquês de Pombal (1750-1777), que buscou estabelecer a centralização de poder em sua gestão.

Para Francisco Falcon (1993, p.371-374), o governo pombalino foi instituído num momento de crise do Estado português. Tendências desagregadoras e centrífugas operavam, como a aristocracia – que minava a unidade administrativa, e a Igreja – que tinha um importante papel político e hegemônico na vida pública lusitana. Era necessário resistir a isso ou permitir, pela inércia, que nada fosse feito (apud CARVALHO, 2012, p. 2).

O seu propósito foi resistir. Dentre as suas práticas, no que tange a atuação inglesa, buscou diminuir os privilégios comerciais dos que residiam em Lisboa; procurou atuar nas práticas de incentivo e revitalização de indústrias regionais, além da criação das companhias comerciais. O que resultou na redução do comércio anglo-luso e fez com que os ingleses buscassem outros parceiros comerciais (CARVALHO, 2012, p. 2).

Contudo, as relações voltaram a se fortalecer a partir da Revolução Francesa (1789-1799); com destaque para o estabelecimento de algumas casas comerciais inglesas em portos do Brasil antes da abertura dos portos em 1808, além de companhias de navegação, como as *Southampton & Maranhão Company* e *Maranhão Shipping Company*, em São Luís após 1780,²⁰ que passaram a operar no eixo São Luís - Londres, levando a produção de algodão de Caxias e da baixada maranhense (ROLIM FILHO, 2016, p.24).

¹⁸Segundo João Daniel Carvalho (2012, p.01), esse tratado de 1654, talvez o mais significativo deles, se constituiu na grande carta das liberdades inglesas em Portugal, pois garantiu aos comerciantes britânicos o que fora estipulado no acordo anterior (privilégios comerciais e liberdade de culto), ampliou essas atribuições e removeu os empecilhos pendentes.

¹⁹Para Charles Boxer, esse acordo internacional manteve, sem dúvida, o caminho aberto para o aumento espetacular da importação de tecidos ingleses para Portugal, muito desses itens sendo reexportados para o Brasil. Isso permitiu que a Inglaterra fortalecesse os tratados firmados no século anterior (CARVALHO, 2012, p.01).

²⁰Essas relações comerciais ocorreram após a estruturação da Praça do Comércio da Praia Grande em 1780, local de efervescência econômica (ROLIM FILHO, 2016).

1.3 Comércio e Opulência

A prosperidade da cotonicultura maranhense se manteve nos primeiros anos do século XIX, e fez do Maranhão uma das mais importantes economias do Brasil. Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas daquele século, “as exportações de algodão variavam de 73% a 82% do total das exportações do Maranhão” (PEREIRA FILHO, 2015, p. 04).

Entretanto, havia uma contradição. Em alguns discursos publicados em jornais, temos determinada perspectiva, como o seguinte caso:

Cândido José de Araújo Viana, presidente da província à época, em O Farol Maranhense na edição de 27 de janeiro de 1829, p. 620 a 622, vaticinava os principais problemas da agricultura na província. Sugeriu que os agricultores maranhenses deveriam plantar outras culturas, não só algodão e arroz, mas cana de açúcar e café (que, segundo ele, encontraria terreno mais fértil que no Rio de Janeiro). Propunha evitar o modo primitivo de plantação, baseado no desmatamento, utilizando métodos mais avançados tais quais outras nações. (ROLIM FILHO, 2016, p.28).

Apesar das idéias inovadoras propostas, o Maranhão não progrediu em suas técnicas, que continuaram arcaicas; foram poucos os investimentos em tecnologias agrícolas. Isso interferiu negativamente nas suas exportações, pois, a partir de 1821, os Estados Unidos se restabeleceram após a Segunda Guerra de Independência (1812-1815) e voltaram a ter progresso na produção não só de algodão, como também de arroz. O que resultou em uma crise nas exportações do Brasil e, conseqüentemente, do Maranhão, que não teve condições para competir com a qualidade do algodão estadunidense, que sofisticou sua produção – com a utilização do *descaroçador-de-Serra* que refletiu na queda de custo – além da vantagem geográfica de proximidade com a Grã-Bretanha.

TABELA 02: Evolução da produção norte-americana de algodão

Ano	Produção (milhões de toneladas)
1811-15	80
1821-25	309
1831-35	398

Fonte: COELHO, 2002, p.11

Todavia, esse declínio nas exportações de algodão maranhense foi lento e oscilante, como na década de 1820, em que nos primeiros quatro anos ocorreu uma queda, mas no ano

de 1825, teve o marco de uma das maiores exportações com 70 mil sacas. Declínios significativos só ocorreram com a revolta da Balaiada (1838 a 1841),²¹ que se estendeu pela região oriental do Maranhão, onde estava concentrada a maior parte da produção agrícola.

Entretanto, desde os primeiros decênios do século XIX, os letrados classificados como *patronos*²² e *clássicos*²³, definiram a realidade econômica vivenciada no início do século XIX em *decadência da lavoura*. Estes autores exaltam o passado das políticas reformistas de Pombal, com a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, como período de grande “apogeu”. Segundo Raimundo Gaioso (1970, p.24), o “estabelecimento da companhia géral do commercio em 1756, data o principio da sua prosperidade”.

Somado a isso, buscaram justificar essa decadência através da ausência de qualificações, apontadas como necessárias: “‘falta de conhecimentos profissionais’, ‘falta de capitais’, ‘falta de braços’, ‘falta de comunicações apropriadas’, ‘falta de terras por causa do gentio’, entre outras” (ALMEIDA, 2008, p.22). Porém, de acordo com Wagner de Almeida (2008, p.22.), há divergências e variações entre os intelectuais nessas justificativas, mas todos reiteraram seus argumentos sobre a *decadência*, afirmando que só houve movimentação e prosperidade econômica no Maranhão a partir da criação da companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

O que fica perceptível nessas divergências é a individualidade de cada *letrado*, o que refletia os envolvimento dos grupos²⁴ e facções de que eram porta-vozes. Cada um retrata em

²¹Esta revolta envolveu aproximadamente 20.000 pessoas em armas, dentre eles 11.000 rebeldes sendo 3.000 somente escravos, além de vaqueiros e agricultores que lutavam contra uma condição social difícil. Teve em sua liderança o ex-escravo Cosme e o balaio Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, “que tivera uma filha violentada por um policial sem que houvesse nenhum tipo de punição posterior” (ROLIM FILHO, 2016, p.28).

²²Raimundo José Souza Gaioso, que escreve no princípio de 1813 e publica em Paris no ano de 1818 o seu *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão* é o patrono da cadeira n.º 13 do ihgm. Francisco de Paula Ribeiro, que escreve seus relatos entre 1815 e 1819, é o patrono da cadeira n.º 12 da mesma instituição. Fr. Francisco de N. S. dos Prazeres, que elabora em 1820 a sua *Poranduba Maranhense* é o patrono da cadeira n.º 16 do mesmo Instituto. Antônio Bernardino Pereira do Lago, cujos relatos são produzidos entre 1818 e 1822 é o patrono da cadeira n.º 14 (ALMEIDA, 2008, p.28). Segundo Alfredo Wagner de Almeida (2008, p.28), atendem pela nomeação corrente de *patronos*, consoante os cânones de agências regionais de legitimação e reconhecimento.

²³ João Antonio Garcia de Abranches é assinalado como *clássico* pelos responsáveis pelas históricas da literatura no plano regional. Integra os chamados *panoramas e apontamentos* da literatura maranhense. Possui biógrafos, que defendem seus pontos de vista e descendentes diretos, como seu neto Dunshee de Abranches (João Dunshee de Abranches Moura) que administraram sua glória póstuma. Este último tornou-se ele próprio *patrono* de uma das cadeiras de outra significativa instituição regional, qual seja a Academia Maranhense de Letras (ALMEIDA, 2008, p.28). Segundo Alfredo Wagner de Almeida (2008, p.28), são classificados como escritores ilustres sob a égide dos quais estão as diversas cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e as antologias elaboradas pelas academias e instituições congêneres.

²⁴ Para Alfredo Wagner de Almeida (2008, p. 33) os documentos de Gaioso, G. de Abranches e Xavier veiculam o ponto de vista das camadas de *lavradores*, ou seja, os sesmeiros e grandes proprietários de fazendas de algodão, notadamente do Vale do Itapecuru. Gaioso, ele próprio, é um grande proprietário na cidade de Rosário e se auto-define como *lavrador*. Produz um texto que adverte ter sido feito em nome dos lavradores. Aclara que

suas obras a *decadência* como se fosse contemporânea à sua época. Enquanto para Raimundo Gaioso a decadência da lavoura remete a sua vivência no início dos oitocentos; para outros letrados, que escreveram em meados do século XIX – os mesmos do tempo de Gaioso – os primeiros decênios desse século, ainda eram de prosperidade (GAIOSO, 1970, apud FARIA, 2012, p.47).

Houve uma oscilação da década de 1820 que trouxe uma baixa para a economia de exportação entre 1820 e 1824 no Maranhão, que é reflexo, de acordo com Mauro (1972, p. 46, apud ASSUNÇÃO, 2010, p. 42), da prosperidade da economia algodoeira do Brasil, que foi mais longa do que na Europa, em que os preços começaram a cair desde 1815-17. Pois naquele período, empolgados com os preços altos no Maranhão, os lavradores investiram em muitos escravos a crédito, com o objetivo de expandir sua produção, mas quando os preços começam a cair por volta de 1819, muitos não puderam mais pagar suas obrigações. Até mesmo os negociantes tiveram prejuízo e muitos quebraram, pois na expectativa dos altos lucros, compraram algodão dos lavradores (ASSUNÇÃO, 2010).

Porém, essa crise econômica na agroexportação não foi unânime durante todo o século XIX e a todos os produtos; a economia do Maranhão, não pode ser definida em decadência, como vem sendo reescrita pela historiografia maranhense até o presente. Pois em 1825, o Maranhão exportou 70 mil sacas de algodão, um dos maiores números de sacas vendidas nos oitocentos. Entre as décadas de 1860 e 1870, ocorreu um novo surto, pela Guerra de Secessão Americana, enquanto ano de 1862 foram exportadas 26.299 sacas, em 1872 atingiu o número 72.793, assim, trouxe crescimento para algumas lavouras de algodão, como a “Fazenda Socego” em Coroatá da viúva D. Anna Gertrudes de Souza e Freitas.²⁵

Na década de 1870 entrou em auge outro produto, a cana-de-açúcar, com cerca de quinhentos engenhos estabelecidos, dentre eles, o “Engenho Mala Grande”, estabelecimento de lavoura e fabrico de açúcar de João Martins Marques,²⁶ no município de Monção. A produção de açúcar no Maranhão teve seu fortalecimento iniciado desde 1846.

Além disso, houve atuação de outro mercado, o interno, que movimentava a província desde o século XVII. O arroz teve seu declínio na exportação a partir da década de 1820, mas logo foi substituído nesse mercado. Aliado a esses elementos houve ainda novas transformações com o desenvolvimento de outras áreas: o setor bancário, o melhoramento da

recebeu esta incumbência de relatar pormenorizadamente os motivos, que ocasionam a chamada *decadência da lavoura*, com o objetivo de entregar o documento ao chefe de governo.

²⁵ Inventário *post mortem* de Ana Gertrudes de Souza e Freitas, 1868. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

²⁶ Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

navegação e a infraestrutura dos serviços urbanos, que permitiram investimentos de capitais acumulados a partir da década de 1840.

Dessa forma, o que se percebe é que o comércio de exportação no Maranhão é marcado por oscilações, que divergem até mesmo entre os seus produtos. Enquanto havia lavradores empobrecendo com a exportação de algodão, na década de 1850, outros estavam enriquecendo com a exportação de cana-de-açúcar. E que a economia do Maranhão, não se resume somente ao comércio de exportação. Nesse mesmo período, havia os que estavam lucrando com o comércio interno e com os a infraestrutura de serviços urbanos. São poucos os autores da historiografia maranhense, que refutam a ideologia da decadência, e pontuam outros aspectos do Comércio do Maranhão. Dentre eles destacam-se Alfredo Wagner de Almeida (2008), Mathias Assunção (2010) e Regina Faria (2012).

Mathias Assunção (2010, p.44) ressalta que não se podem confundir esses fenômenos de conjuntura, como as crises, com a longa duração e as tendências seculares – como é presente em grande parte das interpretações. Este autor destaca a atuação do mercado interior na economia do Maranhão, que não foi fechado entre economia de exportação e economia de subsistência. Uma dicotomia que também foi criticada por Carlos Alberto Ximendes (1999) para o período colonial.

O crescimento demográfico da população pobre e livre, já na primeira metade dos oitocentos, colaborou para essa interiorização (ASSUNÇÃO, 2010); além de expandir com a incorporação de novas terras para a província do Maranhão. Entretanto, num primeiro momento, enfrentou limitações, como a deficiência no sistema de transporte, mas que na segunda metade do século XIX, passou por transformações com o desenvolvimento das navegações a vapor.

Dentre as áreas que se dedicaram à produção do mercado interno, ao longo do século XIX, estão as vilas de Icatu, como produtora de madeira, sabão de andiroba, que juntamente com Miritiba (atual Humberto de Campos) se dedicavam à produção de farinha de mandioca; Guimarães como produtora de aguardente, açúcar, farinha de mandioca e pescado; Brejo, com milho, arroz, aguardente e farinha, além de um pequeno volume de algodão. Destas, as vilas de Icatu, Miritiba e Guimarães, abasteciam o grande mercado de São Luís, tido como um dos mais importantes. As áreas do sul, como Balsas, Loreto, Pastos Bons, Carolina e Imperatriz, se dedicaram a pecuária (FARIA, 2012).

Segundo Maria do Socorro Cabral (2008) foi durante o império que se ampliaram os vínculos comerciais do sertão com o litoral. As regiões da área do sul tornaram-se importantes fornecedoras de carne de gado não só para a capital, mas também para os centros algodoeiros

e açucareiros. Outro produto também começou a ganhar destaque econômico, o couro, que passou a ser exportados para outras províncias, como o Pará. No que se refere à mão de obra, era muito inferior o percentual de escravos africanos nessa área, cerca de 13,5% da população em 1862, era uma região de forte presença dos livres pobres.

Estes, apesar de terem tido uma participação muito importante no mercado interno, eram vistos como inúteis e ociosos, por “não estarem diretamente inseridos na grande lavoura, ou participarem de forma marginal” (FARIA, 2001, p.157, apud VEIGA, 2006, p. 16). Porém, essa postura começa a ser repensada após a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que trouxe a proibição do tráfico de escravos para o Brasil. Pois, com isso, o Maranhão passou a fornecer cativos para a região sudeste, movimentando o tráfico interprovincial, e conseqüentemente, precisou da mão de obra desse livre pobre, para suprir a ausência de escravos, principalmente na área urbana de São Luís.

TABELA 03 – População do Maranhão entre 1821-1877

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1821	68.359 (44,7%)	84.543 (53,3%)	152.892 (100%)
1841	105.147 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
1872	244.101 (69,2%)	74.939 (20,8%)	359.048 (100%)
1877		33.446	

Fonte: FARIA, 2012, p.65.

A tabela 03 nos apresenta dados importantes de como o tráfico interprovincial reestruturou a sociedade maranhense. Em 1821, a população escrava representava 53,3% da população total, e em 1822, esse número alcançou cerca de 55%; nessa década, o Maranhão possuía a maior concentração de escravos do Brasil. Todavia, em 1872 os dados apresentam uma diferença considerável, além da população duplicar, os escravos representavam apenas 20,8% da população total. Duplicação esta, que também inferiu no aumento de livres pobres.

E, por conseguinte, para estimulação e qualificação para substituir a mão de obra no mercado, é criado a Casa dos Educando Artífices (1842), e oficinas oferecidas pela Companhia de Navegação a Vapor (1856). Na primeira, tendo destaque as oficinas de primeiras letras, alfaiates e sapateiros; e na segunda de ferreiro e maquinista.

O acúmulo de riquezas do comércio exportador resultou em diversas transformações socioculturais no Maranhão, principalmente para cidade de São Luís, ao longo do século XIX. O início desse processo foi marcado pelo retorno dos filhos da aristocracia maranhense que concluíram seus estudos na Europa. Assim, esse “enriquecimento material também foi convertido em enriquecimento cultural” (PIORSKI, 2008, p.03).

Além dos sobrados de pedra e cal serem erguidos, essa sociedade teve novas necessidades para seguir e manter os padrões europeus e assim demonstrar sua opulência. Lojas de artigos franceses e ingleses se estabeleceram em São Luís, entre 1861 e 1863 havia mais de 40 lojas, a maioria situada na Rua de Nazaré, Rua do Sol, Rua Grande e Rua da Estrela. Além de roupas, adereços e jóias, havia também a comercialização de alimentos como vinhos franceses, queijos, conservas, novas frutas e o chá, que foi uma bebida de sucesso entre as classes dominantes na capital ludovicense, e ainda havia uma confeitaria francesa na Rua Grande (SILVA, 2008).

Para a sociedade ludovicense nos oitocentos, a “opulência” se caracterizou como uma qualidade visível, utilizada na convivência social, pois é direcionada para o outro como forma de discernimento, envolvendo diversas relações nessa sociedade que se tornou mais complexa ao longo do século, e como manutenção de status e/ou poder, que pretendiam esconder ou revelar, pois haviam famílias que mesmo endividada mantinham dois ou três escravos na década de 1870, as que recorriam aos matrimônios para uma manterem ou fortalecerem o seu status, e outras que ascendiam em estruturas de poder, após formação acadêmica na Europa dos filhos.

A alimentação também era uma forma de diferenciação social, os mais pobres, sem poder acompanhar o alto custo da alimentação refinada, tinham como base de suas refeições, de acordo com Camila Silva (2008, p.48), legumes (abóbora, batata, inhame), feijão, arroz, milho, carne seca, farinha de mandioca, peixe fresco ou salgado, e raramente, leite e ovos.

Isso demonstra que, houve uma movimentação comercial de importação exterior com as classes opulentas e de mercado interno com as classes mais baixas. Ricardo Zimbrão ET AL destaca que esse crescimento no mercado de importação exterior no Maranhão no século XIX, superou as exportações em 1846, e sofreu declínio somente entre 1862 e 1872 com o novo apogeu do algodão.

Outros serviços cresceram e fortaleceram-se com a modernização do espaço urbano de São Luís, como os alfaiates, barbeiros, relojoeiros, costureiras e cabeleireiros, que diante das transformações na segunda metade do século XIX, passam a serem profissões dominadas por livres pobres.

Os utensílios, a alimentação, o vestuário, a moradia e as condições materiais de trabalho, são uns dos estudos da História da Cultura Material, em que deve ser examinado não objeto em si, mas “seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural” (BARROS, 2004, p.5).

O que permeia esse meio urbano para a História da Cultura Material é a análise do cotidiano, que vai para além do público, aborda a dimensão do privado, pois são espaços de experiências individuais e coletivas. E sobre as reflexões das singularidades desse cotidiano, não podem limitar-se apenas aos espaços mais visíveis, os domicílios e os corpos, também devem ser percebidos como elementos de uma trama histórica, em permanente ação, transformação e interação (MATOS, 2002, p.37).

Um ponto de difícil análise, segundo Maria de Matos, é a relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança, pois o interior parece imutável, é preciso estabelecer relações e articulações mais amplas. Para captar nesse objeto simples toda a complexidade social é o grande desafio do historiador da cultura material (BARROS, 2004, p.15).

O retorno dos filhos de aristocratas, formados na Europa, além trazer destaque na formação de poetas, jornalistas, literatos, publicistas, etc., fortaleceu os costumes europeus na capital e enfatizaram a busca pelo moderno, pelo progresso e pela saúde. Luís Pinheiro (2017) destaca que:

O século XIX passava a absorver e a entender os trabalhos dos engenheiros para além das questões tecnicistas, tanto na corte, quanto nas outras províncias do Império brasileiro.[...] O presidente da Província, Antonio Cândido da Cruz Machado, via nos profissionais da engenharia não apenas técnicos e especializados, mas profissionais encarregados de intervir nos espaços urbanos para melhorá-los (PINHEIRO, 2017, p.59 - 60).

Dessa forma, vale ressaltar a atuação de Raymundo Teixeira Mendes que, depois de concluído seu curso de engenharia na França, regressa ao Maranhão e gerencia importantes mudanças técnicas como a Instalação da Companhia das águas do Rio Anil e da Companhia Fluvial de Navegação a Vapor, ambas em 1856, após sua nomeação de diretor das obras públicas em 1850. A Criação da Companhia de Navegação a vapor foi sancionada pela Lei nº429 de 20 de agosto, que estabeleceu à Companhia um monopólio de vinte anos sobre a navegação. Porém, este monopólio foi muito criticado pela imprensa, esta alegou que tais privilégios exclusivos, deveriam ser renovados por contatos. Outra Companhia só surgiu em 1884, a Fluvial Maranhense.

Nos primeiros anos a navegação abrangia os rios Itapecuru e Mearim, além dos mares costeiros, com navios grandes de 100 a 70 cavalos de força, e pequenos de 40 a 50 cavalos. De acordo com Jerônimo de Viveiros (1984), a navegação no rio Itapecuru estava organizada em duas seções, de São Luís a Rosário, e de Rosário a Caxias.

A Companhia de Navegação a Vapor foi positiva para a lavoura e o comércio do Maranhão, reduziu o tempo de transporte das mercadorias, e também possibilitou uma comunicação mais rápida entre as cidades, que ampliaram os vínculos comerciais com esse contato, principalmente nas áreas centro-sul da Província. Havia muitas dificuldades de transporte, faltavam estradas, pontes de madeira sobre os igarapés e riachos, e barcos a vapor, que dispensavam a ação dos ventos e usufruíam dos bens dispostos rios navegáveis (VIVEIROS, 1954). Entretanto, durante a atuação da Companhia, foram ocorrendo reclamações sobre a falta de conforto nas embarcações, que deveriam ter “tôdas as comodidades para passageiros e acomodações para cargas” (VIVEIROS, 1954, p. 261), e que essa aglomeração de pessoas e cargas aumentava ainda mais a temperatura das mesmas.

A companhia também atuou na área de formação técnicas de jovens, oferecia os ofícios de ferreiro e carpinteiro (5 anos), modelador, fundidor e maquinista (7 anos) e caldeireiro a vapor (6 anos) a aprendizes entre 12 e 14 anos de idade, que ocorriam na Casa de Fundação da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (VAZ; VAZ; VAZ; 2009, p.100).

O setor bancário no Maranhão começou a ganhar força a partir da década de 1840. Era uma antiga reivindicação de comerciantes e lavradores, que tiveram tentativas fracassadas para um estabelecimento de crédito desde 1799. Em 1846 tem-se a criação do Banco Comercial do Maranhão, que “representou um grande passo no progresso do comércio maranhense”(VIVEIROS, 1954, p. 273). Em sequência: Caixa Filial do Banco do Brasil, 1855, Banco do Maranhão, em 1858; Banco Comercial, em 1869; e Banco Hipotecário e Comercial, em 1877. Segundo Regia Faria (2012, p.49) todos eles são resultantes da acumulação de capital mercantil do âmbito da Província. Como o comerciante Comendador João Gualberto da Costa, que depois de fundar a primeira prensa de algodão e a primeira fábrica de vapor de pilar arroz – esta em sociedade com seu irmão –, nos primeiros decênios do século XIX, ganha prestígio político e em 1850 é eleito primeiro presidente da Comissão da Praça de São Luís.

O Banco Hipotecário e Comercial, realização de Martinius Hoyer, e dentre esses, o único a disponibilizar empréstimos ao setor rural, começou a sofrer os primeiros impactos da

sua prosperidade com a Lei Áurea em 1888. Teve como diretor em 1881, Caetano Brandão de Souza, filho do ludovicense Barão de Sousa.²⁷

Entre 1878 e 1913, O Banco Hipotecário efetuou 347 empréstimos hipotecários, dos quais, 99 agrícolas na importância de 1.105:300\$000 e 248 urbanos na importância de 2.395:400\$000 (VIVEIROS, 1954, p. 280-281). O que demonstra que o desenvolvimento urbano e comercial, não rompeu o controle dos grandes comerciantes sobre o financiamento da produção agrícola (SOARES, 1993, p25, apud FARIA, 2012, p.49).

Dentre o mercado interno, há outra área relevante, Caxias, que movimentou o comércio com outras províncias, pois “era situada na interseção de várias rotas comerciais ligando o nordeste ao sul do Maranhão e o litoral da província” (ASSUNÇÃO, 2010, p.45).

É a vila de Caxias uma continuada feira, onde muito distante os povos dos sertões confinantes trazem à venda os seus efeitos, que constam de algodoes, solas, couros de veado e cabra, tabacos de fumo, gados, escravaturas da Bahia, cavalarias e tropas de machos, a que chamam burradas, levando em troca toda a qualidade de gêneros da Europa. Assim por isso, como por ser escala dos viajantes do Maranhão e Pará por terra para quase toda a América portuguesa ou ainda espanhola, é nela considerável a concorrência de muita gente e de muito, em comparação da insignificante importância do seu local (RIBEIRO, 1848, p.50-51, apud ASSUNÇÃO, 2010, p. 45).

Apesar da importação de produtos nacionais de outras províncias, superar as exportações de gêneros maranhenses para outras províncias durante todo o século XIX. É possível identificar que no final da primeira metade dos oitocentos, as exportações tiveram um gradativo crescimento, seguido de algumas oscilações, tendo os melhores rendimentos entre 1869-70 e 1872-73. Foi na segunda metade desse século que esse comércio interno se expandiu.

O mercado de importação também perpassou por crises que, de acordo com Assunção (2010, p. 53) foi ocasionado por “causas naturais”, como a seca. Aliado a isto, segundo o autor, o isolamento de áreas mais desfavoráveis – terras de areia –, causados pela expansão dos latifundiários, contribuiu para isso. Este desequilíbrio econômico resultou, em 1824-1865, numa crise de abastecimento da farinha no Maranhão Oriental, que era um gênero de necessidade, principal fonte alimentação da população.

Outro produto que teve uma boa aceitação, como elemento básico da alimentação local, foi o arroz, cujas crises de exportações²⁸ – que iniciaram no decênio de 1820 – pelas

²⁷ Inventário *post mortem* de Francisco José Brandão de Souza, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

²⁸ Ao entrar em competição com o arroz da Índia, ficou inferior em qualidade e preço.

quais passou, foi direcionado para o mercado interno e obteve êxito, passando a ser consumido pela população (FARIA, 2012).

Na segunda metade do século XIX, ocorreu outro momento de auge da economia exportadora, com a ascensão da cotonicultura nas décadas de 1860 e 1870, propiciada pela Guerra de Sessão Americana (1861 e 1865). A redução das exportações dos Estados Unidos colaborou para um investimento positivo do saldo comercial do Maranhão. Aquele país foi o “principal fornecedor de algodão para as indústrias europeias, pois, [dos] 900 milhões de quilos consumidos em 1861 pelas fábricas europeias, 750 milhões haviam sido importadas dele” (COELHO, 2002, p.11). Mas diante de uma nova guerra, suas produções caíram e abriram novamente espaço no mercado externo para as exportações do Brasil e, conseqüentemente, do Maranhão.

TABELA 04: Importação de Algodão pela Inglaterra (fardos) (1860-1866)

Ano	EUA	Brasil	Egito	Outros países
1860	2.512.582	100.157	106.880	557.247
1861	1.760.002	94.825	93.425	946.850
1862	61.604	113.903	125.276	938.464
1863	108.193	112.383	168.636	694.134
1864	155.741	167.141	202.466	1.512.385
1865	374.661	274.170	268.811	1.305.120
1866	955.473	334.989	137.601	1.652.682

Fonte: COELHO, 2002, p.12

Entretanto, esse surto finaliza com o restabelecimento dos Estados Unidos após a Guerra, o que demonstra que o Brasil assumiu uma participação secundária no mercado internacional, que para o apogeu do seu mercado, dependia da crise de produções de outras nações, como os Estados Unidos. O Maranhão sofreu uma queda considerável na produção do algodão em 1875-79.

Por outro lado, nesse período se destaca a produção da cana-de-açúcar; na década de 1870 o Maranhão já possuía por volta de quinhentos engenhos de açúcar. Porém, já exportava tal produto desde a década de 1860, mediante a conjuntura favorável, desde 1840, com a abolição da escravidão nas Antilhas inglesas. As exportações brasileiras passaram de 479.951 toneladas no decênio de 1820 para 1.004.043 toneladas no decênio de 1840 (FARIA, 2012).

Regina Faria (2012, p.44) aponta que o presidente Joaquim Franco de Sá tomou uma série de medidas para incentivar a produção, quando administrou a Província entre 1846 e 1848, dentre elas, como resultado, a passagem do Maranhão de importador a exportador do açúcar.

Portanto, percebe-se a heterogeneidade na movimentação da economia maranhense do século XIX, e que o mercado exportador era permeado por altos e baixos, além de não ser o único eixo da economia maranhense no período. Houve crises, mas não decadência. Enquanto o setor agroexportador da cotonicultura enfraquece por volta da década de 1830, o mercado interno e os serviços urbanos cresceram; e enquanto ele decai novamente em meados do decênio de 1870, a exportação do açúcar já se encontrava em movimentação crescente. Diante disso, essa *ideologia da decadência* não pode justificar ou representar a economia do oitocentos em sua totalidade.

2. NOVOS PADRÕES DE RIQUEZA E AS TRANSFORMAÇÕES DA OPULÊNCIA EM SÃO LUÍS OITOCENTISTA

A prosperidade da economia agroexportadora de algodão e arroz no Maranhão favoreceu o crescimento e a urbanização da cidade de São Luís. Esta tinha a maior concentração do polo comercial da antiga capitania, que se estabeleceu na área da Praia Grande, pois a comercialização da produção era realizada em seu porto, que “ligava a produção maranhense à Europa, bem como, recebia os produtos vindos do estrangeiro” (SILVA, 2008, p.18).

A região da Praia Grande, que possuía uma localização estratégica e um fluxo comercial de exportação e importação muito grande, foi uma das primeiras áreas da capital a ter um investimento para o melhoramento da sua estrutura, pois era o principal centro de comercialização da antiga capitania do Maranhão. E essa movimentação econômica incitou a instalação de um terreiro²⁹ comercial, pois, o espaço do porto já não suportava mais o crescimento da produção, assim como, da população; e a área da Praia Grande era um local bastante insalubre e brejoso³⁰, pois eram constantes as reclamações.

Além disso, o terreiro seria “uma espécie de ponto de apoio para os comerciantes, devido à necessidade de um estabelecimento para guardar e vender os gêneros que os lavradores traziam do interior do Estado” (VIEIRA, 2016, p.21). Havia essa grande necessidade porque a movimentação de chegada e saída dos gêneros era por mar; Dom Diogo de Sousa³¹ (apud VIVEIROS, 1954, p.142) enfatizou em documento de 1789, que estes gêneros, ou se danificavam com a demora nas embarcações, ou se passavam às mãos dos regatões, que os sonegavam para vendê-los por alto preço.

Segundo Sthefane Vieira (2016, p.22), o aviso de 1º de outubro de 1789 designou a construção do terreiro comercial. Em janeiro do decorrente ano houve uma recomendação da Coroa aos proprietários para que levantassem seus prédios a fim de formar uma praça regular que foi concluída em 1805, no governo de D. Antônio Saldanha Gama. Os principais produtos comercializados foram publicados no edital de 1817, assinado pelo vereador mais velho da Câmara, o capitão Joaquim José Viana.

²⁹ Situado onde hoje correspondem a Rua da Estrela, Rua Portugal, Travessa Boaventura e Rua Djalma Dutra.

³⁰ A Praia Grande era, pois, todo o terreno desde a travessa Boa Ventura (Fluvial) até a Rua do Trapiche, onde despontavam vários olhos d'água sob frondosos juçarais, recebendo as enxurradas vindas da rua do Giz, um tremendo lamaçal tornado impraticável, duas vezes ao dia, nas marés crescentes, para o transporte das mercadorias recebidas do interior, quando toda a comunicação por São Luís se fazia por mar (LIMA, 2002, p.23 apud VEIGA, 2006, p.23).

³¹ Capitão General do Maranhão (1799 – 1804).

Por este edital se conhece que aí se deviam vender frutas, peixes, aves, animais vivos ou mortos de fresco, exceto a carne de vaca, por ter o lugar do açougue, determinando-se também que só podiam andar à venda pelas ruas os doces e tudo o que fosse feito em forno, as hortaliças até as 8 horas da manhã, e logo que esta hora fosse chegada os vendedores deste gênero se recolheriam à dita praça, onde fariam assiduamente assistência (MARQUES, 2008, p.819).

Outro produto que teve sua venda estabelecida no terreiro público nesse mesmo, de acordo com Jerônimo de Viveiros (1954), foi a farinha, devido ao período de escassez. Assim, eram comercializados produtos de primeira necessidade.

Em 1820, o terreiro instituiu-se como um órgão público, sendo conhecida por Casa das Tulhas ou Curro (VIEIRA, 2016, p. 22). O regimento escrito no livro de registro da Câmara de 1820, que trouxe sua oficialização, determina a função da Casa e enfatiza que este espaço servia para estabelecer o preço das mercadorias, evitando o monopólio e assim os preços abusivos dos produtos:

Tendo da obrigação da Câmara o cuidado do provimento dos viveres necessarios para os habitantes da terra he de necessidade que se evitem os monopolios que se costumão fazer das farinhas de paú que serve de alimento geral aos povos, e a falcificação que se uza nas medidas em gravíssimo perjuizo da pobreza (...). Aviso do 1º de outubro de 1798, e o que se deliberou camara de 22 de março e 26 de abril do presente anno, fazendo-se construir huma Caza na Praia grande para o Terreiro Público denominada a Caza das Tulhas, com acomodacoins para arrecadação, e venda das farinhas, e mais generos do paiz, que se costumão vender alqueirados, e para todos os que se vendem a pezo, na qual se examinem as qualidades para que não prejudiquem a saude publica, os pezos , e as medidas, para que não haja fraude (Registro da Casa das Tulhas, 1820-1824. Maranhão, 1 de setembro de 1820. p.1, apud VIEIRA, 2016, p. 23).

No decorrer dessas modificações, foi ganhando forma o bairro da Praia Grande. “Aterrou os pântanos, sacou os olhos d’água, roçou os mangais, beneficiou-o com dezenas e dezenas de braços de cais, dotando-lhe de trapiches como o de José Reis e Brito e cobrindo-o de sobradões de ombreiras de cantaria, de janelas de grades de ferro, e revestidos de azulejos” (VIVEIROS, 1954, p.144). Essas alterações na paisagem natural possibilitaram o desenvolvimento das construções, com a implantação dos estabelecimentos comerciais e da instalação de novos moradores: esse “local despontava como preferido na fixação de residências de comerciantes enriquecidos e afidalgados” (VEIGA, 2006, p.26). Além da atração de outras famílias, como os proprietários de terras.

A urbanização e a modernidade foram grandes aspirações das elites ludovicenses, ao longo do século XIX. Santos (1992, p.241) diferenciou a *cidade* do *urbano*, a primeira é o concreto, é a materialidade visível do urbano, enquanto o segundo é o abstrato, entretanto, é o

que dá sentido e natureza à cidade; ou seja, eles se interpenetram (SANTOS; TAVARES, 2011, p.9). Para analisarmos as transformações dessa cidade, precisamos ir além do seu quadro físico, pois ela é constituída por intencionalidades de determinados grupos que a molda a partir de suas vontades e interesses (SANTOS; TAVARES, 2011).

Para a ascensão e manutenção de poder da aristocracia rural e depois da burguesia, utilizaram-se de outra estratégia, além das alianças matrimoniais, algumas até mesmo consanguíneas, como a educação de filhos na Europa, que foi viabilizada pela concentração de riqueza resultante do auge da economia agroexportadora. O interesse principal era a ocupação dos altos cargos da administração local, porém, esse contato com os países estrangeiros representou uma “aquisição de conhecimentos eruditos formais e morais, além de hábitos e costumes ligados ao refinamento social e cultural” (PINHEIRO, 2017, p.30), o que intensificou o processo de modernização e urbanização de São Luís.

Vale ressaltar que o governo da Província do Maranhão também investiu na educação europeia, enviando três rapazes³² através do Decreto Lei N° 810, de 1835:

Artigo 1° O governo da província fica autorizado a escolher três moços nascido nela, de família pobres, estudiosos, de talento e bons costumes, para estudarem onde mais conveniente for os ramos de ciências naturais estabelecido nas divisões seguintes: física, química, Mineralogia, Metalurgia, Botânica e Agricultura.

Artigo 2° Cada um dos funcionários será obrigado a estudar nos ramos declarados nas três divisões do artigo antecedente, porém mais profissional e particular um deles.

Artigo 3° Nenhum candidato, à exceção dos 10 primeiros depois da execução desta lei, será admitido a pensionário sem ter os preparatórios de gramática latina, filosofia racional e moral, geometria, francês e inglês. A respeito, porém dos três primeiros deverá preferir-se os que tiverem os preparatórios acima exigidos.

Artigo 4° O governo estabelecerá a mesada dos Missionários regulando-se pelo país para onde foram estudar, com tanto, porém que não exceda a quantia de quatro centos réis anuais (PORTO, 1910, p.30 apud PINHEIRO, 2017, p. 25).

O Maranhão, de acordo com Luís Pinheiro (2017), enviou, até 1866, cerca de 12 estudantes para a Europa e América do Norte. Estes, não detinham capital econômico, mas mantinham um importante envolvimento social com outras camadas ascendentes, seja por meio de laços de parentesco, amizades ou contatos profissionais.

Segundo Luís Pinheiro (2017), para promover o desenvolvimento da província, o governo buscou, a partir dos financiamentos educacionais, suprir a falta de mão de obra especializada, onde foram investidas as áreas de Medicina, Engenharias, Metalurgia, Química

³²Os três jovens foram enviados para Paris: Isidoro Francisco Meireles foi para a Escola Central de Artes e Manufaturas; Ricardo José Jauffret, Ciências Físicas e João Nunes de Campos, Medicina.

e Ciências Agrárias, realizadas na França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Suécia e nos Estados Unidos, porém, não houve investimento para o curso de Direito e nem foram a Portugal, que era o destino e o curso de maior preferência das elites. Ou seja, o governo provincial tinha o objetivo de formação-técnica, enquanto as elites político econômicas concentravam-se em ingressar nas das estruturas de poder político.

Essa educação europeia também proporcionou o surgimento de uma elite intelectual, que contribuiu para a formação de poetas, jornalistas, tradutores, escritores, professores, e trouxe o destaque a São Luís no cenário nacional com o título de “Atenas Brasileiras”. A fundação da Biblioteca Pública³³, em 1831; do Seminário Episcopal de Santo Antônio, em 1338; do Liceu Maranhense, em 1839; e de instituições culturais como a Associação Filomática e o Ateneu Maranhense, marcaram a primeira geração³⁴ desses intelectuais. Além do surgimento e fortalecimento de uma forte imprensa, pois, segundo Jean Mérian (apud CARDOSO, 2013, p.20), em meados do século XIX, havia em São Luís várias gráficas consideradas modernas para os padrões da época, que fortaleceram e intensificaram os debates políticos, discursos de progresso sociocultural na Província, etc.

O Liceu Maranhense, instalado no Convento do Carmo, sob a direção de Sotero dos Reis, foi o primeiro colégio público para o ensino secundário. Possuía um currículo de caráter literário, concedia grau de bacharel em letras e funcionava como um curso preparatório para que os filhos das elites pudessem ser encaminhados ao ensino superior, sendo exclusivo para o sexo masculino.

Na segunda metade do século XIX houve uma ampliação cultural incluindo-se as mulheres, quando foram criadas escolas particulares para a educação feminina na década de 1870: os Colégios de N.S. da Glória, de N.S. da Soledade, de Santa Isabel, da Sagrada Família, de Santa Ana, que ofereciam um ensino um pouco mais elevado que as escolas públicas. A preocupação daquele ensino era as “prendas de salão”³⁵, onde aprenderiam línguas estrangeiras, tocar piano, declamar versos, cantar, etiqueta de comportar-se em

³³ De acordo com Patrícia Cardoso (2013, p. 20), em 1826, foi proposta ao Conselho da Província a criação da Biblioteca Pública de São Luís, pelo Dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira (que mais tarde receberia o título honorífico de Barão de Pindaré). Em 1829, esse projeto foi aprovado e, em 1831, a Biblioteca Pública foi inaugurada nas dependências do Convento do Carmo.

³⁴ Segundo Alexander Sousa (2010, p. 44), deste grupo faziam parte intelectuais como Manuel Odorico Mendes, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, Trajano Galvão de Carvalho, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal, Joaquim Gomes de Souza, Joaquim de Sousa Andrade e César Marques.

³⁵ O ensino oferecido a essas mulheres bem como a mentalidade vigente que não aceitava uma educação para seguir uma carreira profissional, com exceção do magistério, fazia com que não pudessem sequer aspirar ingressar no ensino superior, tal como os homens após o ensino secundário. Quanto às meninas pobres, restava basicamente o ensino de primeiras letras em instituições como recolhimentos e asilos (ABRANTES apud SILVA, 2008, p. 29).

ocasiões sociais, com noções superficiais de conhecimentos científicos e literários (SILVA, 2008, p.29).

Segundo dados apontados por Luís Pinheiro (2017), a saída dos filhos das famílias abastadas para estudar na Universidade de Coimbra representou 70% do destino dos cento e cinco estudantes – iniciada em 1778 indo até 1868. Por outro lado, na segunda metade dos oitocentos, cresceu o número de jovens maranhenses que buscaram o ensino superior em outras províncias³⁶ do Império do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo³⁷, a partir do quê se destacaram grandes intelectuais que marcaram a segunda geração³⁸ dos oitocentos.

Dessa forma, a busca das elites pela manutenção do poder e garantia da hegemonia através de investimentos na educação de seus filhos, no final do período colonial e início do imperial, permanece na segunda metade do século XIX. Naquele primeiro período, Antonia Mota (2012) destacou a movimentação da família de Lourenço Belfort:

Um ramo familiar empenhado na educação de seus filhos foi [...] José Felix Pereira de Burgos e Ana Teresa de Jesus, quarta filha do irlandês Belfort. Este ramo da família deu origem a uma prole numerosa, dez filhos, seis deles homens; dos quais três foram mandados a Portugal para estudar: Peregrino, Honório e José Feliz, os dois primeiros formados em Letras no colégio dos Nobres e o mais velho formado em matemática e filosofia em Coimbra [...] (MOTA, 2012, p.145).

Enquanto, no segundo e terceiro quartel do século XIX, destaca-se a família da matriarca Ana Jansen como uma das mais ricas e importantes, cujos descendentes também se utilizaram dessa estratégia. Como consta nos autos de um dos inventários do nosso conjunto de análises, a apresentação do diploma de seu neto Eduardo Jansen Vieira de Mello, sexto filho de Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello³⁹ e Delmina Débora Jansen Viera de Mello:

Pelo suplicante lhe foi apresentado um diploma, passado pela faculdade de medicina da Faculdade da Bahia em 26 de abril, de 1884, conferindo ao mesmo suplicante o título de farmacêutico. Conta-me que elle tomara por transpasse, uma farmácia a Rua Grande desta cidade, onde pretende estabelecer-se (Inventário *post mortem* de

³⁶Fundadas após a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro: Escola de Cirurgia da Bahia, primeira instituição de ensino superior, criada em 1808; Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, reformada em 1832 e criada em 1813; Faculdade de Direito de São Paulo, criada em 1827; e Faculdade de Direito de Recife, antiga Faculdade de Direito de Olinda, criada em 1827, sendo posteriormente transferida para a capital de Pernambuco, em 1854.

³⁷ Dentre elas, a procura maior era pela Faculdade de Direito em Recife, Régia Silva (2013) aponta que entre 1832 e 1922, trezentos e sete maranhenses passaram por esta instituição.

³⁸ Segundo Alexander Sousa (2010, p.46), alguns desses intelectuais da segunda geração tiveram projeção além das fronteiras provinciais como Celso da Cunha Magalhães, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo, Teófilo Dias Mesquita, Adelino Fontoura Chaves, José Pereira da Graça Aranha, José Ribeiro do Amaral, entre outros.

³⁹ Filho do Desembargador Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo e de Anna Joaquina Jansen Pereira (NOVAES, 2012).

Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.).

Assim, a família procurou não só manter seu padrão de riqueza, mas emergir de suas atividades comerciais para outros setores, investindo, por exemplo, na educação de sua prole, pois, os bens avaliados no inventário de Francisco Hygino Jansen Vieira de Mello equivaliam a 30:140\$200 (trinta contos e cento e quarenta mil e duzentos reis), apesar de não instáveis, estavam num patamar muito distante da fortuna de sua mãe Ana Jansen, avaliada em 128:169\$ 000 (cento e vinte e oito contos e cento e sessenta e nove mil réis).

Além disso, o diploma de Eduardo Jansen trazia um *status* social, pelo acesso a esse tipo de educação formal, que estava mais restrito às camadas altas da sociedade maranhense. Outro fator de destaque, é que os bens dessa família estão entre os 10%⁴⁰ dos inventários analisados que possuíam livros; apesar de não haver a descrição de títulos e números, foram avaliados por 50 mil réis.

Os livros foram aos poucos ampliando espaço com a modernização da imprensa e a urbanização de São Luís, com o estabelecimento de algumas livrarias que comercializavam além de livros vindos da Europa, obras locais com qualidade tipográfica. E diante do domínio da leitura e escrita das classes abastadas, acabavam tendo um maior contato com os livros; o que não era diferente dos jornais, pois eram produzidos pelas elites e direcionados à elas. Muito embora, evidentemente, as pessoas comuns também tivessem relativo acesso à imprensa escrita. O que colaborava para fortalecer esse *status* de diferenciação social, pois grande parte da população ludovicense era analfabeta.

O contato com as outras Províncias ocorria para além de uma rápida passagem de conclusão do ensino superior. Por exemplo, Raymundo José Pereira de Castro, formado em medicina, em 1871, na Faculdade de Medicina da Bahia, consolidou e manteve os seguintes bens de raiz na Província da Bahia:

Um terreno baldio com onze metros de frente na rua da graça na Bahia província da Bahia, com fundo que limita no fundo da roça inventariada, por um lado divide-se com alicerses de muro em outro terreno baldio e por outro lado com uma casa sendo os [...] mesmos da dita roça, avaliado o mesmo terreno a 40\$000 o metro.....440\$000
 Uma casa de sobrado de um andar e loja, sem numero, sita na rua da área, na barra, freguesia da Victoria, na província da Bahia, em terreno próprio com oito metros e quatorze centímetros de frente [...]: no andar superior sala de visita, dous quartos, sala interior e janelas corridas por todos os lados, caixa de paredes dobradas as divisórias de estuque, toda forrada nas lojas os mesmos commodos do andar superior, porta de entrada pelo lado com escada para o sobrado, ladrilhado de pedras, no fundo um terraço ladrilhado

⁴⁰ Corresponde a dois inventariados.

de conchas com seus assentos, cosinha fora e nesta tem quartos, pateo, um cômodo em separado com sete quartos, jardim de um lado com grade de ferro para a rua com seis metros e desesseis centímetros, do outro lado portas de grade de ferro até certo ponto e dahi a diante muro com quarenta e quatro metros e oitenta e oito centímetros, pequena roça com alguns arvoredos fructíferas, poço de água potável feito de alvenaria com telhas sobre pilares[...], avaliada a dita casa por.....14:000\$000 (Inventário *post mortem* de Maria Celina Magalhães Aguiar de Castro, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.)

Essa casa contava com uma boa estrutura, com jardins, poço e uma pequena roça, e por ser um sobrado possuía uma valorização maior. Em 1879 Raymundo José Pereira de Castro era residente da capital da Província do Maranhão, tendo sido casado com Marina Celina Magalhães Aguiar, que faleceu naquele mesmo ano, e teve nesse casamento dois filhos. Isso tudo reforça a ideia de que o contato interprovincial era frequente e que se estabeleceram diversas relações socioeconômicas.

Em São Luís, o entrelaçamento de relações sociais marcou principalmente os dois últimos quartéis do século XIX, quando a sociedade tornou-se mais complexa. E o retorno desses jovens formados na Europa ou em outras províncias colaborou para esse processo. Pois surge uma nova classe, a elite intelectual, e várias profissões são inseridas na capital ludovicense, juntamente com os ideais modernizadores e civilizatórios. Segundo Johny de Araújo (2015, p.08), essas profissões diversificadas se organizavam numa escala descendente:

No ápice da escala estavam os juristas (juízes, advogados e procuradores), capitalistas e proprietários, professores, literatos, médicos. Logo após vinham os funcionários públicos, militares, profissionais do comércio, lavradores (nesse caso o pequeno proprietário ou o empregado), farmacêuticos, parteiros, artistas, notários e escrivães, os que tinham profissões manuais ou mecânicas. Na base dessa escala achavam-se os assalariados (jornaleiros e criados), pescadores, empregados do serviço doméstico e aqueles sem ocupação oficialmente declarada.

A sociedade ludovicense tornava-se mais complexa também com as transformações dessa base social, que apresentava uma diversidade socioeconômica maior, e suas relações com os demais grupos eram igualmente diferenciadas em vários níveis. No início dos oitocentos a maioria da população ludovicense era negra ou mestiça, em decorrência da forte presença dos escravos africanos e seus descendentes. Houve muita exploração e desigualdade social, sendo fundamental para as elites, o controle da população, até mesmo pelo receio de revoltas (ABRANTES, 2014, p.36).

Entretanto, aquela sociedade não possuía uma caracterização única no século XIX, pois foi sendo remodelada ao longo do século, e precisa ser vista para além da relação “Senhor x Escravo”. Eram presentes também livres pobres que, além de braço útil na lavoura,

e de pequeno produtor rural, dominavam profissões como “carpinteiro de machado”, “ferreiros”, “marceneiros”, “ourives”, “pintores” entre outras, desde a primeira metade do século XIX, segundo dados apresentados por Pereira do Lago (2001, p.121-123). Esses homens livres sem fortuna eram vistos pela elite como preguiçosos, inúteis, perigosos e vagabundos, entretanto, diante da falta de mão de obra, “gradativamente iam sendo aceitos como homens e mulheres que podiam ser integrados ao mercado de trabalho, se mudassem radicalmente o modo de viver” (VEIGA, 2006, p. 18).

Apesar de não haver dados da segunda metade dos oitocentos, Maikon Veiga (2006) defende a ideia de que nessas profissões ocorreu uma expansão maior ainda dos livres pobres no período, pois havia outras profissões como “pedreiros e carteiros”, “sapateiros”, “tanoeiros” e “alfaiates” que eram exercidas majoritariamente pelos escravos; mas, diante da interrupção oficial do tráfico transatlântico de escravos no Brasil em 1850⁴¹, e em sequência, a saída de uma grande quantidade de escravos negros maranhenses para o sudeste com o tráfico interprovincial, houve uma redução do número de escravos no Maranhão, e conseqüentemente, uma redução de trabalhadores especializados naquelas técnicas na capital.

Além disso, outros fatores contribuíram para essa transformação social, tornando a sociedade ludovicense da segunda metade do século XIX mais complexa e matizada (FARIA, 2012). Após a eclosão da Balaiada (1838-1841), ocorreu um aumento populacional da capital, e assim, um aumento na ocupação dos terrenos urbanos para moradia, pois muitas famílias do interior migraram para São Luís em busca de segurança (ABRANTES, 2014, p.36). Posteriormente, de forma indireta, a imigração de cearenses no Maranhão (1877 e 1878), que aumentou o quantitativo de livres pobres na Província. Todo esse conjunto demográfico passou a ser empregado, ainda que em escala reduzida, naquelas profissões de ferreiros, pintores, pedreiros, alfaiates, antes praticadas por escravos de ganho.

No rastro desse processo, o governo provincial investiu na formação técnica de pessoas comuns ao longo de todo o século XIX. Foi fundada a Casa dos Educandos Artífices em 1842, que buscou promover o ensino de ofício diante do aumento populacional de homens livres destituídos de qualquer fortuna (VEIGA, 2006, p.35). De acordo com Maria do Socorro Cabral (1982), esse estabelecimento tinha a finalidade de:

- 1º - desviar da carreira dos vícios, dezenas de moços que não tendo de que viverem, nem quem promova sua educação crescem ao desamparo e tornam-se inúteis e pesados a sociedade;
- 2º - animar as artes e oferecer à capital e à província trabalhadores e artífices que tanto necessita.

⁴¹ Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de setembro de 1850, durante o segundo reinado do império brasileiro.

Assim, o governo provincial queria proporcionar a educação regular, e por que não dizer “técnica”, àqueles jovens desvalidos para torná-los moralizados, pois o trabalho manual era visto com desprezo por estar historicamente associado com o trabalho escravo (ABRANTES, 2014, p. 86). Além disso, que havia a necessidade de qualificar esses homens livres, que eram taxados pelas elites de preguiçosos e vagabundos, para inseri-los socialmente como mão de obra especializada

A Casa dos Educandos⁴² teve um crescimento significativo. Segundo Maria do Socorro Cabral (1982) no ano de 1855 integrava 137 educandos, enquanto em 1873, eram 300 alunos. Eram oferecidas oito oficinas: gravura, charutaria, marcenaria, alfaiataria, sapataria, carpintaria, pedreiro, serralheria e ferraria; além de aulas de primeiras letras, noções gerais de aritmética e álgebra, escultura e desenho, música, instrumentos de sopro e de corda.

Dessa forma, esses novos incrementos profissionais, tanto pelo Decreto Lei N° 810, quanto a Casa dos Educandos e Artífice, financiados pelo governo, responderam à aspiração opulenta dessa sociedade. Pois, para atender as novas demandas de urbanização e modernização da capital, era necessário o conhecimento de áreas técnicas refinadas, que os escravos dificilmente tinham acesso, o que exigiu a expansão dessas profissões com a formação desses homens livres,⁴³ que interferiu diretamente nas construções dos ricos casarões de sobrados.

2.1 Transformações urbanas

Ricos casarões feitos de pedra e cal foram construídos em São Luís para moradia de suas elites, substituindo muitas casas feitas de barro e cobertas de palhas. Sobrados e solares tiveram uma concentração maior no bairro da Praia Grande. Mesmo com o fim da Companhia Geral do Comércio, São Luís ainda manteve fortes relações com Lisboa, pois havia um intenso tráfego de navios que movimentava o comércio externo. Margareth Figueiredo (2014) enfatiza que o Maranhão e o Pará se comunicavam mais com Lisboa do que com o resto do

⁴² Porém, em meados da década de 1870, o número de alunos começa a decair, e as oficinas são reduzidas para apenas quatro. A pós a proclamação da república, encerra suas atividades, em 13 de dezembro de 1889.

⁴³ Vale ressaltar que, algumas dessas atividades já ocorriam em menor escala desde o século XVII em São Luís, Carlos Alberto Ximenes (1999) identificou nos livros da Câmara de São Luís (1646 a 1755) oito corporações de ofícios, sendo elas a de alfaiates, tecelões, sapateiros, pescadores, serralheiros, carpinteiros, ferreiros e pedreiros. Ambas envolviam trabalhadores livres brancos, índios, índios forros, e em menor quantidade os negros e negros forros.

país, pois “tão difícil a navegação d'esta costa do norte para o sul, vindo em direcção contraria o vento e a corrente, que mais fácil é ir do Pará ou Maranhão a Lisboa do que por mar ao Rio ou a Bahia” (SOUTHEY, 1862, apud FIGUEIREDO, 2014, p.51).

Isso resultou na importação de técnicas construtivas de Lisboa, com uma influência do estilo pombalino⁴⁴ em seus edifícios, que mediante a um capital econômico dos lucros da economia agroexportadora, foram trazidos de Lisboa construtores e mestres de obras que passaram a utilizar matérias importados como cantarias de lioz, azulejos e serralherias, que no deslocamento, serviam como lastro de navios.

Assim, emergiram muitos casarões e sobrados com detalhes sofisticados e adaptados ao clima tropical úmido, possuindo varandas em madeira, com rótulas móveis, “forros espinha de peixe” e o pé elevado para passar a ventilação (SILVA, 2013, p.20). Esses sobrados possuíam até quatro pavimentos, e poderiam incluir um sótão, de acordo com as construções pombalinas; sendo o pavimento térreo formado por lojas e armazéns destinados ao comércio; e os superiores, de uso exclusivamente residencial (FIGUEIREDO ET AL, 2012, p.17).

A aplicação de azulejos, vindos diretamente de Portugal, nas fachadas dos edifícios intensificou-se na segunda metade do século XIX, e passou a ser um dos aspectos mais característicos da arquitetura civil de São Luís (SILVA, 2013, p.20). Uma arquitetura que exibia o poderio econômico das elites no espaço urbano.

Nos inventários analisados as tipologias encontradas dos edificios foram “casa térrea”, “casa de sobrado” e “casa de taipa”, ordem esta, que, segue uma escala decrescente de quantidades encontradas. Ambas poderiam ser de meia morada ou morada inteira, até mesmo os solares poderiam ser divididos entre proprietários diferentes, como se encontra na descrição de bens no inventário de D. Nercia Nogueira Charlston Damaceno: “a terça parte da caza de sobrado na rua São João, fazendo canto a rua do sol, com cinco braças de frente para a nascente e quinze de fundo ao poente, avaliada por 1:180\$000”.⁴⁵

A grande maioria das casas era construída de pedra e cal, esses elementos mais duradouros, como também a telha de barro, madeira de lei, grade de ferro, imprimiam uma

⁴⁴De acordo com Margareth Figueiredo (2014, p.05) foi um sistema construtivo concebido para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 em que Marquês de Pombal nomeia o engenheiro-mor Manuel da Maia como chefe da equipe escolhida para executar esse plano. As edificações pombalinas apresentavam outras características avançadas como medidas de segurança contra sismos, canalização da rede de esgotos e a padronização e modulação do edifício para permitir a agilidade da construção, promovida pela introdução de muitos elementos arquitetônicos pré-fabricados, como os madeiramentos e carpintarias (estrutura de gaiola e telhado), as ferragens, as vergas e ombreiras em pedra lioz. Os edifícios possuíam cinco pavimentos, o que incluía um sótão, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso residencial, com acesso de uma escada comum a mais de uma habitação.

⁴⁵ Inventário *post mortem* de Nercia Nogueira Charlston Damaceno, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

imagem de nobreza àqueles edifícios. As casas mais bem avaliadas eram as de sobrado: em se tratando das casas de D. Nércia Damaceno, percebem-se características da arquitetura pombalina, pois possuíam sótão, eram revestida de azulejos e canalizadas a gás e água, estruturas modernas que valorizavam ainda mais o edifício, além de uma boa localização comercial, como se vê:

Deu mais a descrever o mesmo procurador uma casa de sobrado morada inteira com sótão sob número 5 sita a rua da Estrela com a frente revestida de azulejos construída toda de pedra e cal e murada composto canalizada a Gás e Água com o oitão do lado do sul próprio e do lado do norte meeiro com a casa do Commendador Antônio Joaquim da Silva Leite medindo de frente ao sul treze metros e sessenta e quatro centímetros de fundos ao nascente vinte oito metros e oitenta e dous centímetros que os avaliadores derao o valor de 20 contos de réis que se sai.....20:000\$000
(Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Esse crescimento urbano ocorreu de forma acelerada. Mas foi preciso transformar outros setores, tanto culturais, como de serviços, para promover a modernização do espaço urbano de São Luís, baseando-se nos padrões europeus, mas, também, sob influência do Rio de Janeiro, então capital, onde ficou instalada a Família Real, “que passou por uma série de reformas físicas no seu espaço urbano” (GERMANO, RIBEIRO, FONTENELE, MOTA, 2011, p.01). Tudo isso refletiu a opulência daquela sociedade.

Na segunda metade do século XIX, São Luís contava com três freguesias, a de Nossa Senhora da Vitória ou Praia Grande, de Nossa Senhora da Conceição e de São João Batista. Naquele período houve um crescimento considerável, além do crescimento natural vegetativo: a migração de famílias para a capital em decorrência da Balaiada colaborou para o aumento dos dados populacionais que indicavam uma média de 30 mil habitantes⁴⁶, enquanto na primeira metade do século, dados apontam para uma média de 12 a 20 mil habitantes⁴⁷. Este aumento refletiu no crescimento do número de residências, que passou de 1.553 casas em 1808 para 2.764 em 1858⁴⁸. E mesmo com essas mudanças exponencialmente crescentes, as casas de palha foram reduzidas para 144 casas em 1858⁴⁹, de 300 casas de palha que havia em 1808.

⁴⁶ Melo Neto (apud Pinheiro, 2017) em seu estudo da atividade fabril de São Luís aponta para 27.000 habitantes em 1858. O senador Cândido Mendes de Almeida, em seu *Atlas do Império do Brasil*, computava para o ano de 1868 cerca de 35.000 habitantes (SILVA, 2008, p.49).

⁴⁷ O Jornalista José Cândido na edição do jornal Farol Maranhense comentou que talvez a cidade já contasse com 20.000 h. Viajantes que passaram por São Luís como Herry Koster, em 1811, estimou em 12.000h e George Gardner, em 1841, estimou em 26.000 (ABRANTES, 2014, p.34).

⁴⁸ De acordo com o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – MA* (1858, Edição 00001, p. 137).

⁴⁹ Segundo o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial – MA* (1858, Edição 00001, p. 137).

Com o aumento populacional e a expansão de ruas e edifícios, a cidade requeria dos poderes públicos um maior disciplinamento do seu espaço, e de seus habitantes, além de melhorar os aspectos urbanos, oferecendo condições necessárias de higiene, segurança e comodidade (ABRANTES, 2014). Nesse sentido, os Códigos de Posturas (1842-1892) tentavam direcionar a sociedade a esse ideal almejado. Esses documentos, constituídos de leis, tinham o objetivo de regular as atividades urbanas e rurais do município e organizar o crescimento da cidade (SILVA, 2008, p.22).

Elaborado pela Câmara de São Luís e sancionado em 4 de junho de 1866, o segundo⁵⁰ Código de Posturas instituiu algumas proibições como a construção de casa de palha e taipa no centro da cidade, pois causava um mal-estar às elites o contraste dessas edificações com a modernidade dos sobrados. Assim como os proprietários de terrenos baldios, nesse mesmo espaço, precisavam edificá-los ou cercá-los com muros que dessem uma aparência de casa. Nos inventários analisados, encontramos outra alternativa utilizada para adequar-se àquelas leis municipais. Havia casas térreas que possuíam somente a frente de pedra e cal e o restante de taipa, dessa forma, apesar da casa ser de taipa, estaria dentro das exigências de embelezamento e harmonização pública da cidade, e assim permanecia nos parâmetros urbanos. Um exemplo é casa de João Martins Marques:

Deo mais a descrever o mesmo procurador uma casa terrea de porta e janella, sob número onze, sita á rua do Egypto, construída a **frente de pedra e cal, e o mais de taipa**, medindo de frente ao poente três metros e setenta quatro centímetros, e de fundos ao nascente onze metros e quarenta quatro centímetros que os avaliadores derão o valor de novecentos mil reis
900\$000
 (Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM. Grifo nosso)

Este “retrato” dos contrastes urbanos é descrito por Aluísio de Azevedo em sua obra *O Mulato*, pois era grande a preocupação com a estética da cidade, pois não eram somente os casebres que incomodavam nas praças, mas, também, a falta de higiene. Num trecho, o escritor deixa claro certa repulsa:

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferrujados de uma rede e uma voz tísica e aflautada, de mulher, cantar em falsete a gentil Carolina era bela; do outro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: Fígado, rins e coração!. Era uma vendedeira de fatos de boi (AZEVEDO, 1996, p.07).

⁵⁰O primeiro sancionado em 1842 e o último em 1892.

Todo o intento governamental era padronizar e embelezar o ambiente público da cidade. Por isso, ficou proibido o tratamento e preparo de alimentos pelas ruas da cidade, como o peixe frito, nas portas de casa, cais da cidade ou quitandas, bem como a comercialização de peixes, verduras e carnes. Estes gêneros alimentícios teriam que ser vendidos em lugares apropriados, determinados pela Câmara. Era alegada a preocupação com a proliferação de doenças, além do incômodo com o mau cheiro.

Para reforçar a higiene com a limpeza das ruas do perímetro urbano foi estabelecida uma multa aos que fugiam à regra no artigo 102 do código de posturas de 1866: “Ninguém poderá lançar à rua coisa alguma que possa torná-la imunda, nem, prejudicar ou incomodar aos que nella estiverem. Aos contraventores a multa de cinco mil reis, e nas reincidências dez; sendo o objeto lançado à rua removido à custa dos contraventores”. Se o infrator não tivesse como pagar a multa, pagaria pena de dois dias de prisão.

Entre as décadas de 1850 e 1870, há um destaque para uma forte intervenção do governo nos serviços públicos de melhoramentos urbanos, como a iluminação pública, o transporte e o abastecimento de água, “que ainda eram escassos em São Luís na época imperial” (ABRANTES, 2014, p.41).

A iluminação a gás foi estabelecida pela lei nº. 498, de 4 de julho de 1858, e substituiu a iluminação feita por lampiões à base de azeite instalada em 1825, que apresentava problemas de má conservação e insuficiência na iluminação. João Costa Neto (2010) ressalta que uma cidade que pretendia ser civilizada não podia ter suas ruas, becos e praças sem iluminação, pois esta era considerada um dos símbolos da modernidade. No romance de Aluísio de Azevedo, é retratada essa mudança, mas, a Sra. D. Amância Sousellas...

[...] dizia mal da iluminação a gás:
 — Dantes os escravos tinham que fazer! Mal serviam a janta iam aprontar e acender os candeeiros, deitar-lhes novo azeite e colocá-los no seu lugar... E hoje? É só chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bico de gás e... Caia-se na pândega! Já não há tarefa! Já não há cativoiro! (AZEVEDO, 1996, p.66).

Pois, para a personagem, o melhoramento na iluminação reduziu os afazeres dos escravos, entretanto, o escritor enfatiza nessa passagem a praticidade do novo serviço de iluminação a gás. Esse serviço ficou protegido pela lei art.105, dos códigos de posturas de 1866. Era multado por dez mil réis ou pagaria pena de prisão por oito dias o indivíduo que apagasse algum dos lampiões sem que fosse autorizado.

A empresa que prestou os novos serviços foi a Iluminação a Gás do Maranhão que fora recebida com entusiasmo, principalmente pelos moradores das locais contemplados como as Rampas do Palácio, o Largo do Carmo, a Praça da Alegria, o Beco do Quebra-Costa, o

Cais da Sagração, o Beco do Precipício, o Largo dos Amores, a Rua da Inveja, o Beco dos Barqueiros, a Rua da Palma, o Largo de Santo Antônio e a Praia Grande (SILVA, 2008, p.24). Porém, fica claro que a iluminação pública não atendeu a toda a população, pois concentrou-se apenas em pontos comerciais e administrativos do perímetro urbano, onde moravam as principais famílias e pessoas ilustres, deixando as ruas mais afastadas e pobres sem iluminação.

As mudanças no transporte urbano também ganharam destaque. Apesar do transporte individual e particular dos palanquins⁵¹ ter sido encerrado em 1866, pois eram poucos os alugadores, houve uma ampliação do transporte coletivo, que era realizado em carruagens ou carroças para pequenos grupos. Em 1872 foi inaugurado o serviço de bondes movido a tração animal, após acordo firmado entre o governo e o norte-americano José Maria Bernes em 1871, sendo instalados trilhos de ferro para o tráfego do bonde, que partiriam do Largo do Palácio (centro da cidade) e passariam pelo Caminho Grande (ABRANTES, 2014, p.46)

O serviço do bonde movido à tração animal, de acordo com Elizabeth Abrantes (2014, p.46), era praticamente contemporâneo às demais companhias de bondes que se instalaram na capital do Império. No final do século XIX, São Luís contava com três linhas desse serviço, que partiam do Largo do Palácio para a Estação Central, ou aos Remédios ou a São Pantaleão (SILVA, 2008). No entanto, havia muitas reclamações de passageiros, por desencontro de linhas, demoras, das gritarias dos cocheiros, mau estado dos cartões de passagem e, principalmente, pela falta de conforto.

O abastecimento de água na cidade de São Luís era sustentado por fontes públicas, sendo as fontes das Pedras, Ribeirão e Mamoim as mais utilizadas para abastecimento da população. Luís Pinheiro (2017) destaca que grande parte da população dependia das fontes, pois os poços não atendiam nem um terço dos moradores, era comum a movimentação de escravos na cidade carregando água ou barris na cabeça. Por isso, o poço tinha um peso de destaque na avaliação de uma casa, o que fica claro na comparação destas duas casas descrição entre os bens do inventário de João Martins Marques:

Deo mais a descrever o mesmo procurador uma casa terrea de porta e janella, sita à rua das Barrocas, sob número cinco, construída de pedra e cal, e adobos com sala e quarto tijolada e parte do quintal murado, medindo de frente ao sul quatro metros, e de fundos ao norte trinta metros e quatorze centímetros, que os avaliadores derão o valor de um conto e cem mil reis,
1:100\$000

⁵¹ Substituiu as “redes ornamentadas” e continuou com o costume de ser transportado por escravos, mas por serem camarins ambulantes de pura ostentação, eram mais confortáveis e elegantes, e exigia que os escravos fossem vestidos à altura (ABRANTES, 2014, p.46).

Deo mais a descrever o mesmo procurador uma casa terrea, meia morada sita a rua das Barrocas, sob número três, construída de pedra e cal, e adobos, toda tijolada, e quintal murado, **com poços meeiros**, medindo de frente ao sul seis metros e trinta oito centímetros, e de fundos ao norte trinta metros e quatorze centímetros, que os avaliadores derão o valor de um conto e setecentos mil reis.....1:700\$000
(Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM. *Grifo nosso*)

As duas casas eram situadas na mesma rua, possuíam uma diferença mínima, de um pouco mais de dois metros, no tamanho da casa, e mesmo a segunda casa possuindo um poço compartilhado, ela se sobressaia na avaliação com 600 mil réis a mais que a primeira.

A população sofria com as condições de abandono das fontes; era questionada a qualidade da água de algumas; e quando, por vezes, ocorria a seca de alguma das fontes no período de estiagem. O que colaborou para um lucrativo comércio de água, tendo sido parte dele monopolizado por Ana Jansen, que vendia a água pela cidade em pipas transportadas em carroças de burro, e seus aguadeiros buscavam água nos poços de Vinhais e Apicum (ABRANTES, 2014).

Em 1856, foi assinado o contrato para a instalação da Companhia Anil, projeto do engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, que buscou integrar o “tripé de saneamento básico – água potável encanada, com o objetivo de criar condições sanitárias ideais para os moradores de São Luís” (PINHEIRO, 2017, p. 59). Segundo Palhano (1988, p.165, apud ABRANTES, 2014) essa água seria canalizada do rio Anil até um depósito no Campo d’Ourique, onde seguiria em tubos de ferro para os seis Chafarizes localizados no Largo do Quartel, Praça da Alegria, Largo do Carmo, Largo de Santo Antônio, Praça do Comércio e Praça do Mercado. Os chafarizes, estabelecidos em pontos estratégicos, também enriqueciam a beleza urbana, com as suas decorações da pia e do tanque.

O estabelecimento dessa Companhia ameaçou o serviço dos aguadeiros, assim, foram travadas lutas e embates, principalmente pelos sócios, Dona Ana Jansen e José da Cunha Santos. Assim, diante da oferta de seus serviços, que não era acessível a toda sociedade ludovicense, a Companhia Anil sofreu diversos atentados, que contaminavam as águas dos seus reservatórios, o que fez com que a população voltasse a ter preferência pelos aguadeiros.

Após a falência da Companhia Anil em 1867, uma nova empresa atuaria apenas em 1874, com o apoio do governo provincial, a Companhia das Águas de São Luís. Esta previa a utilização de outros reservatórios, além do rio Anil, entretanto, não houve mudanças

significativas de ampliação do abastecimento de água, apenas uma minoria tinha acesso a esse abastecimento.

2.2 Espaços de sociabilidade

Diante de todas essas mudanças, as elites de São Luís também buscaram modernizar seus hábitos, vestimentas e criar espaços de socialização. Camila Silva (2008) ressalta que, nesse contexto de crescimento urbano, muitos homens e mulheres tiveram que adaptar-se à vida urbana, que se diferenciava em vários aspectos da vida rural, pois nesta, as casas possuíam poucos móveis, roupas e utensílios, vivendo com pouco luxo, pois, o *status* estava em suas terras e no número de escravos, e pela distância entre as casas, havia pouco contato entre as famílias. Assim, com a ocupação desse novo espaço, e a proximidade e convivência com a Europa, surgem novas necessidades e luxos, e novas aspirações.

O teatro foi um importante espaço público de lazer e entretenimento da elite ludovicense. Trouxe um refinamento àquela sociedade, que pôde assistir diversos espetáculos de companhias francesas, italianas e portuguesas. Criado em junho de 1817⁵², é reaberto em março de 1852, depois de um período de reforma, tendo modificando o nome para Teatro São Luís. Logo foram criadas algumas normas para disciplinar os espectadores, que não estavam acostumados com os novos espetáculos líricos. Os primeiros artigos retratam sobre a venda dos ingressos, que ocorreriam das 9 horas da manhã até as 8 horas da noite. Já o terceiro, apesar da circulação das ideias liberais, proíbe a entrada de escravos no teatro, “adentrar no Teatro era como estar em mundo completamente diferente do dia a dia e onde a escravidão causava constrangimento aos presentes” (GOUVEIA NETO, 2010, p.94).

O teatro também foi um espaço de opulência, pois quem frequentava esse espaço, era considerado culto, civilizado. Além de ser “uma oportunidade das mulheres saírem da reclusão dos sobrados e participarem mais da vida social da cidade” (ABRANTES, 2014, p.49), exercitando suas regras de etiquetas e ostentando seus ricos trajes.

As vestimentas tinham uma função importante nessa sociedade, pois o indivíduo poderia mostrar o seu poder aquisitivo através dela. Com as transformações socioculturais na segunda metade do século XIX, os trajes também seguiram os moldes europeus. Apesar do clima equatorial, a moda francesa foi seguida pelas elites. E para atender essa demanda, se

⁵² De acordo com João Gouveia Neto (2010, p.74), o primeiro teatro do norte/nordeste foi erigido em Salvador, capital da província da Bahia, inaugurado em 1812 e concluído em 1829, e denominado Real Teatro de São João, e em seguida o de São Luís, denominado União, inaugurado em 1817. As cidades mais desenvolvidas, desse eixo, só tiveram teatro a partir da segunda metade dos oitocentos, ou no final deste período.

estabeleceram diversas lojas no comércio de São Luís, que comercializavam artigos de luxo vindos da Europa. Dentre elas, situadas na “Rua Grande, na Rua do Sol, no Largo do Carmo e Rua de Nazaré, entre outras”. Os homens também seguiram a moda europeia, mas à etiqueta inglesa e não à francesa, o traje era uma das formas de manutenção da dominação masculina (SILVA, 2008, p.53).

Havia também, uma quantidade significativa de joalheiros, confeitores, alfaiates e cabeleireiros vindos da França que eram mais atualizados à moda parisiense. “Madame Esmeralda, Madame de Ory e sua formosa filha, mantinham a fama e todos os requintes da moda parisiense. Fortunado e Luís Ory, cabeleireiros de senhores, tinham todas as horas ocupadas” (ABRANCHES, 1992, p. 108, apud SILVA, 2008, p.53).

Além dos teatros, dos bailes de máscara e saraus, havia as festas religiosas dedicadas aos santos, a maior delas era a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, que ocorria no mês de outubro. Era um grande momento aguardado por todos, para a sociedade desbravar sua opulência, apesar de ser uma festa que reunia todos os grupos sociais da cidade. Na verdade, exatamente diante dos iguais e dos desiguais, a opulência fazia mais sentido ainda, isto é, mostrar superioridade, pela riqueza, pela cultura, pelo comportamento, pelo vestir. Tendo os comerciantes como devotos, a preparação da festa era feita com antecedência, com circulação de anúncios de venda de roupas, chapéus e adereços em muitos jornais. Por exemplo:

Para festa dos Remedios

O Romeu – ourives em sua loja rua do sol n.36 - tem à venda um variado sortimento de adereços: Pulseiras, Alfinetes, Rozetas e Argolas de ouro de Lei, esmaltados e sem esmalte, obra Franceza e Portuguesa, chegado ultimamente. Assim como tão bem tem lindas Rozetas, Pulseiras, Alfinetes feitos no paíz. Belo sortimento de Rozetas, botões esmaltados para homem, ditos de pedra a imitação de brilhante. Figas de aziviche de todos os tamanhos, contas de bom ouro, salvas lavradas de muito bom gosto; Colheres, Paliteiros, prata de Lei Portuguesa, e outras muitas obras próprias de seu estabelecimento que tudo vende muito barato (*Diário do Maranhão*, n. 18, 11 out. 1855, p.04).

O arrolamento dos inventários das décadas de 1860 e 1870 não possui descrição das vestimentas, como nos inventários das décadas de 1810 e 1820 apresentados por Antonia Mota em seu livro *As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial*. Porém, a descrição das jóias nos aproxima um pouco das vestimentas, pois eram adereços que complementavam as mesmas, e eram “sinônimos de riqueza e prestígio social” (SANTOS, 2014, p.9), bem como as peças de pratas. Havia um comércio especializado para esse artigo, como mostra a manchete do jornal *Diário do Maranhão* acima, com importação de muitas jóias europeias. Era mais um artigo de grande valor e desejo, principalmente entre as

mulheres, pois poderiam ostentar vários adereços, em diversas ocasiões nos espaços públicos, sobretudo na ocasião das festas religiosas, como o caso do festejo de N.S. dos Remédios.

Tanto as joias quanto a prata eram arroladas juntas. Dentre as joias, o ouro possui um grande quantitativo, seguido do brilhante, pedras falsas, pérolas, diamante e rubi, que é o mais raro de todos, presente apenas no inventário de Maria Celina Magalhães Aguiar de Castro (1879): “um anel de ouro com rubim (10\$000) e um broche de ouro com rubim (25\$000)”.⁵³ Mas a pedra de maior valor era o diamante. Os principais adereços presentes são anéis, brincos, cordões, pulseiras, broches, relógios, medalhas, dedais, botões.

A prata em todos os inventários se remetia a utensílios e objetos domésticos, a maioria deles eram faqueiros, colheres, castiçais, paliteiros, bandejas, porta flores e tesoura. O que aponta para um refinamento dos hábitos alimentares.

Deu ainda o inventariante a descrever e avaliar um faqueiro contendo vinte e quatro colheres para sopa, vinte e quatro ditas para chá, uma dita de tirar sopa, uma dita de tirar arroz, e uma dita para tirar assucar, pezando tudo duas mil cento e secenta grammas, a cincoenta reis cada gramma, que foi avaliado por cento e oito mil reis.....108\$000 (Inventário *post mortem* de Manoel da Costa Alves Nogueira, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Os castiçais, segundo MOTA (2012), entre as famílias de elite eram de prata ou estanho. E os dois únicos encontrados na documentação em análise, se referiam justamente as maiores fortunas dos espólios, a de Rosa Vieira Nina Rosa (160:221\$018) e a de Manoel da Costa Alves Nogueira (88:114\$459). A prata não está presente em todos os inventários, apenas em cerca de 70%, enquanto o ouro está presente em 50% dos documentos analisados. Anderson dos Santos (2014) aponta que a abundância desvalorizou um pouco esse artigo, pois ele deixou de ser um material raro, mas que representava um investimento seguro.

Portanto, o que se sobressai nessas relações é a aparência, a principal preocupação dessa sociedade é exibir a sua propriedade, para reafirmar a sua posição de dominante, civilizado e moderno; ou compartilhar das mesmas atividades e dos mesmos espaços para estar nesse núcleo, além de incentivar seus pares, como a elite intelectual, a buscar essas práticas para que os aproximem dos padrões europeus, ao mesmo tempo, que os diferenciem das classes mais baixas. Pois, também envolve uma relação coletiva, não basta somente o individual, as transformações precisam adentrar no espaço físico e coletivo.

⁵³ Inventário *post mortem* de Maria Celina Magalhães Aguiar de Castro, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

Assim, a modernização do espaço urbano de São Luís ocorreu sob interferência do governo, as modificações nos serviços urbanos, bem como as educacionais, ocorreram de forma seletiva, não contemplaram a maioria da população. Isto significa que a elite usava seu poder de governo para materializar seus anseios de riqueza, de novos padrões de beleza urbana, de trabalho, de sociabilidade. E vale ressaltar que, independente dos altos e baixos da economia agroexportadora maranhense, a efervescência nas transformações desse espaço se estendeu e se intensificou na segunda metade do século XIX, período em que se enquadra nosso conjunto documental.

3. RIQUEZA E OPULÊNCIA NAS RELAÇÕES FINANCEIRAS E SOCIAIS DA ELITE MARANHENSE

A distribuição de lotes urbanos pelo Senado da Câmara de São Luís aumentou consideravelmente após a inserção da capitania do Maranhão no mercado internacional, na segunda metade do século XVIII. Seguido por uma explosão demográfica no século seguinte, novos investimentos se expandiram no meio urbano, como os imóveis.

Segundo Antônia Mota (2012, p. 93), essa distribuição se coadunava com as mudanças conjunturais por que passava a região, após essa reorientação dada à região pelo Ministério Pombalino, as doações que tinham uma média de cinco por ano nos setecentos, chegaram a alcançar um número de 57 títulos de lotes urbanos emitidos em 1790 e estabeleceram uma média elevada nas últimas quatro décadas do período colonial.

Grande parte dos médios e grandes fazendeiros estabeleceu residência em São Luís, e essa concessão de datas de terras urbanas também foi empregada por essa elite para acumular propriedade. Além destes, acabaram sendo atraídos para o Maranhão, principalmente para a capital, um significativo número de comerciantes⁵⁴, que “foram um dos principais elementos disseminadores da mentalidade burguesa” neste território (SOUSA, 2010, p.44).

Vale ressaltar que muitos desses proprietários rurais residiam na capital, de todos os vinte inventários *post mortem* analisados, sendo eles proprietários rurais e/ou negociantes, todos moravam em São Luís. E concordamos com Antonia Mota (2012, p.96), de que, é equivocada esta imagem dos “proprietários rurais, pelo menos de sua elite, embrenhados no mato, cuidando apenas de sua unidade rural”, porque se estabeleciam na capital em pequenas temporadas apenas para passar os períodos das chuvas. Pois, além da importância do acompanhamento da comercialização dos gêneros produzidos, defendida por Gaioso (1970), os proprietários rurais buscavam acumular fortunas, estreitar relações e participar de atividades públicas para penetrar nas esferas de poder da cidade (MOTA, 2012).

João Martins Marques,⁵⁵ lavrador e proprietário do engenho de açúcar Mela Grande, no município de Monção, possuía mais três casas térreas e três porções de terras em outros municípios como Codó, Barra do Corda e Viana, avaliados em 8:595\$000. Mas morava em São Luís e ampliou seu patrimônio em mais 17 casas térreas e sobrados⁵⁶ nesse meio urbano,

⁵⁴ Houve um destaque numérico para comerciantes português, mas, vale ressaltar a concorrência e monopólio dos ingleses que se intensificou nos oitocentos.

⁵⁵ Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁵⁶ Grande parte delas estavam situadas na Rua do Egito e na Rua Isaac Martins Barrocas.

que foram avaliados em 53:300\$000. Estratégia esta percebida por Antonia Mota (2012): desde o final do período colonial, os proprietários rurais começaram a investir em bens urbanos, na construção de casas e aquisição de terrenos. Isso se ampliou no decorrer dos oitocentos.

No final do seu inventário,⁵⁷ foi aberto um pedido de emancipação da sua filha ultimogênita Laura Rosa Leite Marques em fevereiro de 1895, que possuía 19 anos incompletos, nascida em São Luís em 15 de agosto de 1875, porém, por não ter encontrado sua certidão de batismo, precisou apresentar três testemunhas para que o pedido fosse aceito pelo juiz.

A primeira testemunha, foi seu tio, irmão da sua mãe, Maria Francisca Leite Marques, o Comendador Antonio Joaquim da Silva Leite, “natural deste Estado, com cinquenta nove annos de idade, casado, lavrador e proprietario, residente a Rua Formosa⁵⁸ desta cidade”⁵⁹.

O que reafirma juntamente com os dados do inventariado João Martins Marques que, apesar de serem lavradores, moravam em São Luís, e investiam em outros bens, eram proprietários de terras. O discurso das testemunhas seguintes apresenta as relações de amizade que essa família mantinha.

A terceira testemunha foi Moysés Tude da Pureza Saraiva,⁶⁰ maranhense, Solicitador de Auditório⁶¹ e proprietário, residente na Rua dos Craveiros na capital.

Disse que conhece a annos a justificante, Dona Laura Rosa Leite Marques [...]baptisada na igreja da Sé d’esta capital, pelo cônego cura Mauricio Fernandes Alves, acto esse que elle testemunha assistiu por ter sido para ele convidado pelos paes da justificante, que eram amigos d’elle testemunha e com os quais mantinham boas relações de amisade, o que ainda hoje acontece com os seus descendentes (Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

A segunda testemunha, o Doutor Joaquim Maria Pinheiro Costa,⁶² maranhense, Juiz de Direito da Comarca de Monção do Maranhão, que estava presente na cidade, afirmou que:

Devido as estreitas relações de amisade que mantinha com a falecida Dona Maria Francisca Leite Marques, mãe da justificante, e as que com esta, e mais membros da familia ainda matem sabe, por lho haver dito em conversa, por mais de uma vez, a falecida Dona Maria Francisca, que a sua filha, a justificante, tinha desenove annos de idade, por haver nascido em 15

⁵⁷ Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁵⁸ Atual Rua Afonso Pena.

⁵⁹ Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁶⁰ Casado, com sessenta e oito annos de idade.

⁶¹ Profissional liberal que pratica atos jurídicos por conta de outrem mediante retribuição.

⁶² Viúvo, com trinta e oito annos de idade.

(quinze) de agosto de 1875, e que o anno passado nesse dia elle testemunha foi convidado tanto pela fallecida como pela justificante para tomar chá em casa d'ellas, e la esteve elle testemunha em uma intima relação familiar (Inventário *post mortem* de João Martins Marques, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Assim, fica claro que além da posse dos bens, era importante manter relações de amizade com outras famílias abastadas, com indivíduos que possuíam um cargo de destaque na sociedade. Mesmo não sendo padrinho, o solicitador Moysés Tude da Pureza Saraiva foi convidado para compartilhar desse momento íntimo, o batizado da filha. E por outro lado, buscava-se fortalecer as estreitas relações de amizade com o juiz Joaquim Maria Pinheiro com as visitas na casa da família. Mesmo que o indivíduo não participasse diretamente dos importantes cargos administrativos, ele estaria próximo por meio dessas amizades. O que também fortalecia o seu status, pois ampliava o contato com outras elites.

Os testamentos explicitam um pouco dessas relações de compadrio, as nomeações para testamenteiro e tutor não ficavam restritas apenas entre os familiares. As esposas, da maioria dos inventariados, eram as inventariantes, testamenteiras e tutoras, porém, apareciam nas nomeações, de segundo lugar em diante, compadres e amigos. João Fernandes do Nascimento,⁶³ em segundo consórcio com Antonia de Jesus Ferreira da Silva Nascimento, foi o único testador casado que não nomeou sua esposa, nem parentes:

Declaro mais que nomeio meus testamenteiros e conjuntamente tutores dos meus ditos filhos, em primeiro logar ao meu compadre, proctetor e amigo Agostinho Coelho Fragosos, em segundo logar o meu amigo compadre e amigo Henrique Gaspar e em terceiro e ultimo logar, meu amigo João Gonçalves da Rocha (Inventário *post mortem* de João Fernandes do Nascimento, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM)

Apesar de não haver descrição da profissão desses compadres e amigos, essas nomeações expressam uma relação íntima e de confiança fora do círculo de parentes, com outros grupos familiares, pois os testamenteiros e principalmente os tutores gerenciavam os bens do testador, além de reafirmar esse vínculo entre famílias nessa manifestação de última vontade do testador. O que demonstra que o batizado foi importante no estabelecimento das redes de aliança (BARCELLAR, 2015).

As relações de compadrio também aparecem nos testamentos em outras situações, como na descrição do legado do testador. Por exemplo, o negociante Manoel da Costa Alves Nogueira⁶⁴ é o único a deixar herança a seus afilhados:

⁶³ Inventário *post mortem* de João Fernandes do Nascimento, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁶⁴ Inventário *post mortem* de Manoel da Costa Alves Nogueira, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

Deixo mais a minha afilhada Humelia, filha de José Duarde de Oliveira, a soma de cem mil reis (100\$000).[...] Deixo mais a minha afilhada Libania, filha de Manoel dos santos Loires, e de dona Raimunda dos santos Loires, a somma de duzentos mil reis (200\$000). Deixo mais a meu afilhado Joaquim filho de Salvador Duarte de Oliveira, de Macieine do Sobral, no Reino de Portugal, a somma de cem mil reis (100\$000) [...] (Inventário *post mortem* de Manoel da Costa Alves Nogueira, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Um ponto relevante nessa descrição é a relação com Portugal, dos oito afilhados descritos, três eram da metrópole portuguesa. Manoel da Costa Alves Nogueira era português e mantinha suas alianças em seu país de origem, tinha um contato próximo, possuía casas e bens de raiz no mesmo - avaliados por 10:000\$000 – e em uma viagem de visita aos seus parentes, faleceu em Portugal. Porém, declarou que “a bastante tempo achando estabelecido nesta cidade com caza de negocio”⁶⁵. Residia em São Luís na Rua 28 de Julho, em uma casa de morada inteira, construída de pedra e cal, avaliada em 6:500\$000 reis, mas além dessa, possuía dois sítios a margem direita do Rio Bacanga e outros quatro terrenos, que juntamente com os outros bens, totalizaram 99:614\$459 réis, a terceira maior herança dos documentos analisados.

Esse contato com Portugal também é presente em outros inventários como no de João Pereira Bessa⁶⁶ e Alexandre Rodrigues Bayma.⁶⁷ O primeiro possuía uma Quinta, chamada de Cerieira, em Portugal, sendo tudo comprado em São Luís dos herdeiros de Dona Maria Clara de Souza Vieira por 1:600\$000 réis em moeda portuguesa e ao final “o contrato ratificado em Lisbôa por escriptura de 19 de julho de 1864 lançada nas notas do tabelião João Baptista Acola”.⁶⁸ A propriedade avaliada por 4:547\$207 réis era situada ao sul do Tejo na Comarca de Almada, Freguesia de Nossa Senhora do Monte Caparica, e continha: casas, terras de sementeira, vinhas, pomares e mata.

O segundo⁶⁹ era funcionário público, natural do Maranhão, que apesar de solteiro, deixou uma filha reconhecida em Portugal, Cândida Antonia Bayma – única herdeira de 5:098\$222 –, após um relacionamento amoroso com uma mulher solteira de nome oculto, durante uma residência temporária na cidade de Lisboa.

Os maiores investimentos à herdeira foram na educação, que permaneceu após o falecimento dos seus pais, sob os cuidados de sua tia e padrinho em Lisboa, e do seu primo

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Inventário *post mortem* de João Pereira Bessa, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁶⁷ Inventário *post mortem* de Alexandre Rodrigues Bayma, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁶⁸ Inventário *post mortem* de João Pereira Bessa, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁶⁹ Inventário *post mortem* de Alexandre Rodrigues Bayma, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

Domingos Gonçalves Belchior, seu tutor no Maranhão. Cândida afirmou ao seu tutor por carta, do novo colégio interno indicado por sua tia, onde aprenderia o Inglês e praticaria o Francês: “este era o melhor collegio onde eu poderia acabar minha educação, ou que na verdade é, tanto em estudos, como em tratamento”.⁷⁰

Deste modo, os inventários acima demonstram que, apesar do decrescente número de filhos abastados estudando na Europa, na segunda metade dos oitocentos, outros contatos eram mantidos entre São Luís e Portugal. A capital possuía uma localização que favorecia na distância ao porto de Lisboa, que era menor, comparado as principais Províncias, como Bahia e Rio de Janeiro (GOUVEIA NETO, 2010). Esse contato e proximidade com a Europa fortaleciam o interesse das elites na modernização da cidade, e no refinamento de seus hábitos.

As transformações urbanas, além de propiciarem a modernidade ao espaço urbano de São Luís, tornaram-se um novo e expansivo meio de investimento entre as elites na segunda metade do século XIX. Nessa destacaram-se as ações e títulos de crédito da Caixa Filial do Banco do Brasil (C.F.B.B), Banco do Maranhão (B.M.), Banco Comercial (B.C.), Banco Hipotecário e Comercial (B.H.C.), como também, ações de companhias de serviços, sendo elas, Companhia Confiança (C.C.), Companhia Aliança (C.A.), Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão (C.I.G.M.), Companhia de Navegação a Vapor (C.N.V). Na tabela a seguir, vê-se que os inventariados ora analisados eram acionistas dessas empresas.

⁷⁰ Ibid.

TABELA 05- Ações de Bancos e Companhias (1868 e 1879)

	C.F.B.B	B.M.	B.C.	B.H.C.	C.C.	C.A.	C.I.G.M.	C.N.V.	TOTAL
Manoel Oliveira, 1868		01 Letra							1:442\$900
Manoel. Magalhães, 1868		20 Ações							2:800\$000
João Costa, 1868	Ações ⁷¹								6:000\$000
Alexandre Bayma, 1879				25 Letras					2:500\$000
Anna Salles, 1879⁷²			6 Ações					2 Ações	884\$000
Rosa Rosa, 1879⁷³	200 Ações	33 Ações	50 Ações			36 Ações		62 Ações	70:309\$000
Francisco Mello, 1879							7 Ações		868\$000
Manoel Nogueira, 1879⁷⁴		33 Ações	70 Ações	100 Ações	70 Ações	20 Ações	40 Ações	10 Ações	22:354\$000

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. Processos avulsos de inventário *post mortem* (1868, 1869 e 1879).

⁷¹ Não há dados da quantidade de ações no inventário do mesmo.

⁷² Anna Joaquina Cerqueira - 6 ações (636\$000) do Banco Comercial e 2 ações (248\$000) da Companhia de Navegação a Vapor.

⁷³ Rosa Vieira Nina Rosa - 200 Ações (50:000\$000) da Caixa Filial do Banco do Brasil, 33 Ações (4.455\$000) do Banco do Maranhão, 50 Ações (5:150\$000) do Banco Comercial; 36 Ações (2:772\$000) da Companhia Aliança, e 62 Ações (7:932\$000) da Companhia de Navegação a Vapor.

⁷⁴ Manoel da Costa Alves Nogueira - 33 Ações (4:224\$000) do Banco do Maranhão; 70 Ações (6:180\$000) do Banco Comercial, 100 Ações (3:500\$000) do Banco Hipotecário e Comercial, 70 Ações (1:050\$000) da Companhia Confiança, 20 Ações (1:000\$000) da Companhia Aliança, 40 Ações (5:120\$000) da Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, 10 Ações (1:280\$000) da Companhia de Navegação a Vapor.

Rosa Vieira Nina Rosae o negociante Manoel da Costa Alves Nogueira possuíam o maior número e valor de ações, de diferentes bancos e companhias. O que explicita como permeavam em vários setores, e tinham envolvimento nos mesmos. Ela era a inventariada de maior fortuna líquida (160:221\$018) e ele o quarto inventariado de maior fortuna líquida (88:114\$459) dos documentos analisados.⁷⁵

Rosa Vieira Nina Rosa era casada com o Comendador Cândido Cezar da Silva Rosa, negociante matriculado pelo Tribunal do Comércio, membro da Associação Comercial do Maranhão,⁷⁶ e primeiro vogal⁷⁷ da quinta Diretoria de 1862 da mesma (VIVEIROS, 1954, p.448). Além disso, foi Diretor do Banco Comercial (*O País*, n.14, 1 fev. 1876, p.3) e Diretor da Companhia de Navegação a Vapor (*O País*, n.15, 18 jan. 1878, p.2), o que evidenciam os altos números de ações: 200 daquela, que valiam 50:000\$000 réis, e 62 dessa, que valiam 7:932\$000 réis; que juntamente com as demais ações representam 70:309\$000 réis da fortuna do casal.⁷⁸

Já o negociante Manoel da Costa Alves Nogueira, “matriculado pelo Meretissimo Tribunal do Commercio desta capital de São Luis do Maranhão”⁷⁹ possuía 100 ações do Banco Hipotecário e Comercial, mas valiam apenas 3:500\$000 réis, o banco tinha pouco tempo de atuação no mercado, menos de dois anos. Era acionista da Companhia de Navegação a Vapor, e nessa tinha um cargo na comissão fiscal (*O País*, n.32, 8 fev. 1878, p.02), que somados as demais ações, valiam 22:354\$000 réis de sua fortuna. Não fora diretor de nenhum banco ou companhia, apenas da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, em um curto período:

Empossadas de suas funções em 16 de janeiro, soffreu mudança de seu pessoal, por terem os distinctos directores Srs. Manoel da Costa Alves Nogueira e Joaquim Moreira de Souza deixado o exercício de seus lugares em 1º de abril, em virtude de ausentarem-se temporariamente para Portugal. Cumprimos um grato dever agradecendo a esses dignos colegas a valiosa coadjuvação que nos prestaram, no desempenho de seu mandato, durante o tempo em que comnosco serviram (*O País*, n.181, 11 ago.1878, p.2).

⁷⁵ Inventários *post mortem* de Rosa Vieira Nina Rosa e Manoel da Costa Alves Nogueira, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁷⁶ Órgão representativo do comércio criado em 1854 com o nome de “Comissão de Praça”, mas que passou a ser denominado de “Associação Comercial” em 1878 (VIVEIROS, 1954, p.446).

⁷⁷ Comissão permanente de nove pessoas que teriam o direito de voto na escolha do presidente, tesoureiro e secretário da Associação Comercial (VIVEIROS, 1954, p.238).

⁷⁸ Inventário *post mortem* de Rosa Vieira Nina Rosa, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁷⁹ Inventários *post mortem* de Manoel da Costa Alves Nogueira, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

Nesta sociedade, que deixou como legado a importância de 200\$000 em seu testamento,⁸⁰ atuou em seus últimos anos de vida, pois faleceu em viagem a Portugal em 1879.

Além das ações bancárias, havia também os Títulos de Créditos, com menor quantidade de investidores. As letras eram negociadas com bancos ou com outras Companhias e pessoas. No inventário de Alexandre Rodrigues Bayma há uma descrição da quitação de uma letra, além das 25 letras do Banco Hipotecário e Comercial:

Importância da letra paga pelo doutor Francisco Gomes de Souza declarar [...].....1:250\$000 (Inventário *post mortem* de Alexandre Rodrigues Bayma, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Já no inventário de Manoel Joaquim de Oliveira, há seis letras negociadas com Geminiano Antonio Ribeiro e Companhia, que totalizam 6:400\$000 réis, além de 1 letra no Banco do Maranhão:

Deo mais a descrever uma letra aceita em vinte e três de junho de mil oito centos sessenta e oito por Geminiano Antonio Ribeiro e Companhia garantida por Antonio Alberto da Silva [...] a quatro meses variável em vinte e três de outubro de mil oito centos sessenta e oito da quantia de.....1:000\$000 (Inventário *post mortem* de Manoel Joaquim de Oliveira, 1868. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Ambos se destacam não só por investirem em títulos de créditos, mas porque estes constituem os bens mais altos do arrolamento de seus inventários, são mais de 50% da herança. Da fortuna líquida de Alexandre Rodrigues Bayma,⁸¹ avaliada em 5:098\$222 réis, 3:750\$000 são de títulos de Crédito. Na de Manoel Joaquim de Oliveira,⁸² avaliada em 9:194\$205 réis, os títulos de crédito sintetizam 7:842\$900 réis. O que enfatiza a expansão desse mercado.

Anna Joaquina Cerqueira Salles⁸³ é a acionista que possui a menor herança dos oitos inventariados da tabela 04, apenas 3:688\$800 réis, valor baixo, pois provinha de uma família de destaque na província, era filha única do Desembargador Manoel Cerqueira Pinto, aclamado por parte da sociedade ludovicense:

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Inventário *post mortem* de Alexandre Rodrigues Bayma, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁸² Inventário *post mortem* de Manoel Joaquim de Oliveira, 1868. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁸³ Inventário *post mortem* de Anna Joaquina Cerqueira Salles, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

O Desembargador Manoel Cerqueira Pinto não nasceu nesta província, era bahiano; mas, aqui estabelecido desde que se formou, era como se fosse nosso conterrâneo. Por sua ilustração e honradez era um desses venerandos sacerdotes da justiça, cujos nomes impõem o maior respeito (*O País*, n.149, 5 jul. 1878, p.3).

O mesmo foi inventariante do Barão de Souza⁸⁴, seu cunhado, que detinha uma fortuna líquida de 92:547\$611. Anna Joaquina Cerqueira Salles possuía apenas 4% da fortuna de seu tio materno. Apesar disso, em seu consórcio, percebe-se a rede de alianças entre as elites, casou-se com o administrador da capatazia da alfândega, Antonio Francisco de Salles Junior, filho do Desembargador Antonio Francisco de Salles.

Porém, a inventariada era recém-casada, ou tinha no máximo dois anos de casada, pois, faleceu em dezembro de 1878⁸⁵ e a na lista de acionistas encontrada no jornal *O País - MA*, de 1876, ela está com o nome de solteira.⁸⁶ O que resultou em pouco tempo para o casal expandir suas alianças e seus bens.

O ludovicense Francisco José Brandão de Souza, o Barão de Souza, não tem seus investimentos inserido na tabela por não possuir nenhum em bancos ou companhias do Maranhão, mas precisa ser citado porque foi o único a expandir seus investimentos em títulos de renda do exterior: um título de renda italiano (1:066\$410), cinco títulos de renda espanhol (1:100\$000), cinco ações do Banco Nacional Ultramarino (5:760\$000), e títulos de renda existente em poder de José Gonçalves na cidade de Lisboa (16:5660\$000), que somados resultaram na quantia de 28:348:00 réis.⁸⁷

Enquanto seu filho, Caetano Brandão de Souza, estudante de Direito em Pernambuco, apesar de ter contato com Portugal em viagens, buscou ampliar seu poder nos altos cargos da administração local. Foi Diretor da Companhia de Navegação a Vapor (*O País - MA*, n.345, 28 ago. 1878, p.1) e do Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão (*Diário do Maranhão*, n. 2380, 23 jul. 1881, p.3).

A constituição do setor bancário no Maranhão, a partir da década de 1840, juntamente com o crescimento das companhias de serviços, na segunda metade dos oitocentos, ampliaram as possibilidades de aplicações das elites, que se destacaram por serem um novo tipo de investimento, atuando com as ações e os títulos de crédito. Esses, provenientes da dinâmica de modernização do espaço urbano de São Luís, colaboraram para

⁸⁴ Inventário *post mortem* de Francisco José Brandão de Souza, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁸⁵ Ficou desse consórcio um filho de nome Arthur, com apenas três meses de idade.

⁸⁶ *O País*, n. 14, 1º fev. 1876, p.1

⁸⁷ Inventário *post mortem* de Francisco José Brandão de Souza, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

uma nova composição nos arrolamentos dos testamentos e inventários desse período, que se diferenciaram das primeiras décadas do século XIX apresentados por Antonia Mota (2012).

Outro ponto de diferenciação são os bens semoventes, os escravos. Os inventários da década de 1860 e 1870 são marcados por uma redução desses bens, justamente pela proibição do tráfico de escravos para o Brasil com a Lei Eusébio de Queirós de 1850, em que intensifica o tráfico interprovincial, sendo o Maranhão fornecedor desses cativos para a região sudeste (SILVA, 2013).

TABELA 06: Número de escravos sob posse dos inventariados (1868, 1869 e 1879)

DÉCADA DE 1860		DÉCADA DE 1870	
Barão de Souza (1869)	104 escravos	Rosa Vieira Nina Rosa (1879)	32 escravos
Anna Gertrudes S. Freitas (1868)	51 escravos	Francisco H. Jansen Pereira Leite (1879)	16 escravos
Maria E. de Sá Viana (1868)	50 escravos	João Fernandes do Nascimento (1879)	3 escravos
João Gualberto da Costa (1869)	31 escravos	Manoel C. A. Nogueira (1879)	3 escravos
João Pereira Bessa (1869)	9 escravos	João Martins Marques (1879)	2 escravos ⁸⁸
Manoel Joaquim A. Magalhães (1869)	5 escravos	Antonio Fernandes Veiga (1879)	2 escravos
Manoel Joaquim de Oliveira (1868)	3 escravos	Maria Celina M. A. Aguiar (1879)	1 escravos
Antonio Luis Pinto (1869)	2 escravos	Antonio Domingues Passo (1879)	0 escravo
Fábio H. Guimarães (1869)	1 escravo	Anna Joaquina C. de Salles (1879)	0 escravo
Nércia N. Charlston Damaceno (1869)	0 escravo	Alexandre Rodrigues Bayma (1879)	0 escravo

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. Processos avulsos de inventário *post mortem* (1868, 1869 e 1879).

⁸⁸ Há mais escravos no seu engenho Mela Grande, mas não há a descrição de quantidade, e nem valor no seu inventário.

A tabela acima também demonstra a atenuação desses cativos em uma década, e é importante salientar que, o valor do escravo elevou-se ao longo dos oitocentos, e essa redução, após 1850, favoreceu novas altas do preço dos escravos. Um escravo adulto, em boas condições físicas valia entre 100\$000 a 130\$000 em 1788, já em 1816 oscilavam entre 200\$000 a 300\$000 (MOTA, 2012, p. 71,84), como representado abaixo:

Inácio, filho da dita, de vinte e dois anos, oficial de carpinteiro, avaliado em trezentos mil réis.....300\$000

Outro Crioulo, filho de Felícia, de nome João, com dezessete anos, avaliado em duzentos e cinquenta mil réis.....250\$000

Foi dado outra crioula de nome Felicidade, filha de Felícia, por ter vinte anos, avaliada em duzentos mil réis.....200\$000

(MOTA,2012, p.84)

Já em 1868, esse escravo adulto, em boas condições física, oscilava entre 800\$000 e 1:200\$000:

Deu mais a descrever o escravo Clementino mulato, crioulo, pedreiro, com 30 anos de idade, avaliado por um conto e cem mil réis1:100\$000

Deu mais a descrever o escravo Firmiano, preto, crioulo, carpina, com 30 anos de idade, avaliado por um conto e duzentos mil réis.....1:200\$000

Deu mais a descrever a Escrava Romana, preta, crioula, com 14 anos de idade, avaliada por oito centos mil réis.....800\$000

(Inventário *post mortem* de João Gualberto da Costa, 1868. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

Os homens escravizados, além de serem maioria, valiam mais que as mulheres, e os mais bem avaliados eram os que possuíam entre 25 e 30 anos. Diferente do início do século XIX, a maioria dos escravos em idade adulta era crioulos, e não procedentes da África. Além disso, é mais presente a descrição de escravos com especialidades, o que caracteriza a importante e variada atuação deles na cidade como escravos de ganho. Esses ofícios, “como pedreiros, carpina, sapateiros, por terem uma profissão, os encarecia e os valorizava aos olhos de compradores e vendedores” (SILVA, 2013, p.42). O valor do cativo não difere de 1868 para 1879, há apenas diferença na descrição, em que não é apresentada a procedência dos mesmos.

Possuir escravos em São Luís, diante dessas circunstâncias, tornou-se cada vez mais um privilégio de poucos. Os inventariados Barão de Souza⁸⁹ e Maria Efigênia de Sá

⁸⁹ Inventário *post mortem* de Francisco José Brandão de Souza, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

Viana⁹⁰eram os inventariados que detinham o maior número de escravos, os quais representavam mais de 50 % da fortuna daquele e dois terços dessa.⁹¹

Entretanto, as famílias de menores fortunas, tentavam manter pelo menos um escravo em sua posse, pois era um aparato de opulência, que fortaleciam seus status. Os inventariados Antonio Fernandes Veiga⁹²e João Fernandes do Nascimento⁹³ possuem dívidas superiores a sua fortuna líquida. Mas ambos possuíam entre três e dois escravos. Independentemente de suas condições financeiras, essas famílias tentavam se aproximar do fausto. E possuir escravos, apesar das dificuldades financeiras, era uma forma de parecer mais rico.

Antonio Luís Pinto⁹⁴ era casado com Anna Maria Bello da Silva Pinto, teve três filhos desse consórcio, trabalhava como administrador do estabelecimento de sua sogra D. Mariana Victoria Bello e possuía uma fortuna líquida de apenas 1.044\$000. Mas tinha posse da escrava Apolônia de 40 anos, avaliada em 700\$000 e da escrava Philomena. Com esta praticava outras estratégias para que seus maiores bens lhes rendessem dinheiro: “Recebi de meu cunhado o Senhor Albino Martins Ferreira a quantia de oitenta e dois mil oito centos trinta e trez reis 82\$833, quantia esta correspondente a terça parte do aluguel da Escrava Philomena, desde 17 de 1874 a 10 de setembro de 1875”.⁹⁵

Isso mostra que a população escrava se fazia presente e necessária em todo o oitocentos, pois eram ofertados, alugados e vendidos para trabalharem em uma série de funções, desde serviços domésticos, até as mais refinadas como os ofícios de carpina, sapateiros e pedreiros (SILVA, 2013, p.42).

A grande maioria dos inventariados que detinham uma maior concentração de escravos, possuía uma propriedade rural. No entanto, o número de escravos era bem inferior ao dos proprietários rurais do início dos oitocentos.

⁹⁰ Inventário *post mortem* de Maria Efigênia de Sá Viana, 1868. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM. Não possuía nenhuma fazenda ou lavoura, era proprietária do Sítio San Felix de Valois, avaliado em 5:854\$667; de um sobrado na Rua da Palma, avaliado em 10:000\$000 e um terreno em Bom Jardim no Iguará, herdadas de seu pai, avaliadas em 80\$000.

⁹¹ Da Fortuna líquida de 92:547\$611 do Barão de Souza, 53:300\$000 eram de bens semoventes e da de 28:285\$565 de Maria Efigênia de Sá Viana, 19:680\$00 eram de bens semoventes.

⁹² Inventário *post mortem* de Antonio Fernandes Veiga, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁹³ Inventário *post mortem* de João Fernandes do Nascimento, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁹⁴ Inventário *post mortem* de Antonio Luis Pinto, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁹⁵ Ibid.

TABELA 07: Distribuição dos escravos entre os proprietários de terra da Comarca de São Luís (1868,1869 e 1879).

Inventariado	Propriedade Rural	Município	Quantidade de Escravos
João Martins Marques (1879)	Engenho Mela Grande	Monção	escravos ⁹⁶
Rosa Vieira Nina Rosa (1879)	Engenho Guaraciaba	São Bento	28 escravos
Anna Gertrudes S.e Freitas (1868)	Lavoura de algodão “Socego”	Coroatá	35 escravos
Barão de Sousa (1869)	Engenho Carmo	São Luís Gonzaga	97 escravos

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. Processos avulsos de inventário *post mortem* (1868, 1869 e 1879).

TABELA 08: Número de escravos empregados nas unidades produtivas da Ribeira do Itapecuru (1794-1824).

9 proprietários rurais possuíam entre 07 a 27 escravos

4 proprietários rurais possuíam entre 36 a 40 escravos

7 proprietários rurais possuíam entre 53 a 76 escravos

3 proprietários rurais possuíam entre 109 a 138 escravos

3 proprietários rurais possuíam entre 216 a 267 escravos

Fonte: MOTA, 2012, p.69

⁹⁶ Há mais escravos no seu engenho Mela Grande, mas não há a descrição de quantidade, e nem valor no seu inventário.

Outro ponto notório nessa comparação é a quantidade de proprietários inferior na tabela 3. A compilação dos dados, referentes à Comarca de São Luís, mostrou que grande maioria dos inventariados eram negociantes, e que estes, também eram maioria na posse das fortunas líquidas mais altas, diferente dos dados analisados por Antonia Mota (2012, p.67),⁹⁷ em que as maiores fortunas estavam em mãos dos proprietários rurais.

Além disso, Rosa Nina Vieira Rosa,⁹⁸ esposa do Comendador Cândido Cezar da Silva Rosa se destaca não por possuir o maior número de escravos, mas pelo casal ser negociante e ter expandido seus investimentos no meio rural, tendo como resultado a maior fortuna líquida dos documentos analisados, 160:221\$018 réis.

Um estabelecimento agrícola denominado Guaraciaba, foi comprado em abril de 1877, com gados, acessórios e escravos, avaliado em 34:810\$522 réis. E uma fábrica de pilar arroz e fazer sabão, a Fábrica São João, avaliada por 30:000\$000 réis, situada na Rua São João na capital, já havia sido comparada em outubro de 1875.⁹⁹

O arroz e o sabão eram as duas indústrias mais importantes do Maranhão, pois eram artigos exportados em larga escala para a Inglaterra, e algumas delas tinham um grande destaque, como a de “Manuel Pereira Martins que chegou a produzir magníficos sabonetes, iguais aos feitos em França”, na década de 1840 (VIVEIROS 1954, p.161).

O proprietário rural de maior fortuna, assumindo a terceira posição dos documentos analisados é o Barão de Souza¹⁰⁰, que enquanto investia em engenho de açúcar, a Viúva¹⁰¹ Ana Gertrudes de Souza e Freitas¹⁰² investiu em lavoura de algodão, porém, não obteve o mesmo sucesso econômico, sua fortuna líquida foi de 20:312\$879 réis. Entretanto, esse valor não é tão baixo que possa representar uma profunda “decadência”, pois está dentro da faixa de fortuna com maior concentração de proprietários rurais de 1794-1824, no auge da agroexportação do algodão: 13:947\$340 a 28:798\$215. Nesses dados apresentados por Antonia Mota (2012, p.68), esta faixa representava cerca de 35% das fortunas, sendo que a segunda maior, com 30%, estava abaixo desses valores.

⁹⁷ No arrolamento dos bens havia apenas: bens de raiz, escravos, recheio da casa, ouro e prata, animais, mercadorias e gêneros, ferramentas/utensílios, dinheiro em espécie, dívidas ativas, dívidas passivas e fortuna líquida.

⁹⁸ Inventário *post mortem* de Rosa Vieira Nina Rosa, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ Inventário *post mortem* de Francisco José Brandão de Souza, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

¹⁰¹ Viúva de José Antônio de Freitas.

¹⁰² Inventário *post mortem* de Ana Gertrudes de Souza e Freitas, 1868. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

Um ponto que pode ser levado em consideração é que os dois inventariados acima são de 1868, não estão na fase de crise do algodão que ocorreu por meados do decênio de 1870. Porém, naquela época já era expressivo um rendimento maior nas propriedades de açúcar do que o algodão. No ano de 1879 foram encontrados apenas dois proprietários rurais, e ambos possuíam engenho de açúcar e uma fortuna maior que a da Viúva Ana Gertrudes de Souza e Freitas.

Independentemente disso, a mesma conseguiu manter sua família em ascensão. Dois filhos atuaram na carreira militar, como o pai,¹⁰³ na Província do Rio de Janeiro. O capitão da Guarda da Marinha, Guilherme Leopoldo de Freitas (O Correio da Tarde: *Jornal Politico, Litterario e Commercial*, n.1194, 24 fev. 1852, p.3), e o Coronel Eustaquio Epiphanio de Freitas (*Gazeta de Petrópoles*, n.79, 3 jul. 1900, p.8); além de filhos e netos residindo em Lisboa e Paris,¹⁰⁴ tendo um contato indireto com a Europa. Se assemelhando assim, com o Barão de Sousa, que faleceu em Nápolis, Itália.

Dois inventariados apresentaram débitos passivos superiores a sua fortuna líquida: Antonio Fernandes Veiga¹⁰⁵ com uma fortuna líquida de 2:262\$400 e dívida de 4:911\$211 e João Fernandes do Nascimento¹⁰⁶ com uma fortuna líquida de 12:499\$460 e dívida de 16:464\$455. Representados na faixa limite G da tabela 8.

Tanto Antonio Fernandes Veiga, quanto João Fernandes do Nascimento não tiveram suas profissões descritas, mas o primeiro possui “porções de pedra na pedreira e na praia”¹⁰⁷ o que pode indicar um envolvimento no trabalho de mineração; e o segundo “três botes de serviço da rampa, com seus utensílios”¹⁰⁸ o que pode indicar um envolvimento no trabalho marítimo.

Quando as dívidas são superiores aos bens deixados, insere-se no arrolamento um “Termo de aceitação de herança em benefício de Inventário” para que os órfãos não fiquem obrigados a pagarem todo o débito do inventariado. Assim, entram em acordo com os credores para que eles possam renunciar o restante da dívida em favor dos órfãos. Não há

¹⁰³ José António de Freitas, oficial de marinha.

¹⁰⁴Residiram em Lisboa os filhos Ernesto Adolpho de Freitas e D.Anna Rita de Freitas Garcia – casada com Augusto Esmeraldo de Freitas Garcia - e o neto Dr. Jose Antonio de Souza Freitas. Residiu em Paris uma neta filha de Eduardo de Souza Freitas.

¹⁰⁵ Inventário *post mortem* de Antonio Fernandes Veiga, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

¹⁰⁶ Inventário *post mortem* de João Fernandes do Nascimento, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

¹⁰⁷ Inventário *post mortem* de Antonio Fernandes Veiga, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

¹⁰⁸ Inventário *post mortem* de João Fernandes do Nascimento, 1879. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

descrição de quando ficou aos herdeiros de João Fernandes do Nascimento, enquanto para Antonio Fernandes Veiga ficou a pequena quantia de 290\$000 para ser dividido entre a viúva meeira e os cinco filhos, em que foram descontadas dívidas privilegiadas como os alugueis da casa.

TABELA 09: Distribuição dos inventários maranhenses por faixas/níveis de fortuna (1868, 1869 e 1879)

FAIXAS LIMITES	FORTUNA LÍQUIDA	INVENTARIADO	TOTAL
A	160:221\$018	Rosa Vieira Nina Rosa -1879	02
	129:402\$715	Comendador João Gualberto da Costa-1869	
B	92:547\$611	Francisco José Brandão de Sousa-1869	03
	88:114\$459	Manoel da Costa Alves Nogueira-1879	
	74:555\$226	João Pereira Bessa-1869	
C	40:322\$700	João Martins Marques-1879	04
	29.384\$628	Francisco Hygino Jansen Pereira Leite -1879	
	28:285\$565	Maria Effigênia de Sá Vianna-1868	
	20:312\$879	Anna Gertrudes de Souza e Freitas-1868	
D	16:582\$000	Manoel Joaquim de Azevedo Magalhães-1869	03
	12:633\$037	Maria Celina Magalhães Aguiar-1879	

	9:194\$205	Manoel Joaquim de oliveira-1868	
E	5:098\$222	Alexandre Rodrigues Bayma-1879	04
	4:632\$909	Fabio Henriques Guimarães-1869	
	4:118\$366	Nercia Nogueira Charlston Damaceno-1869	
	3:688\$800	Anna Joaquina Cerqueira de Salles-1879	
F	1:044\$000	Antonio Luiz Pinto-1869	02
	633\$688	Antonio Domingues Passo-1879	
G	12:499\$460¹⁰⁹	João Fernandes do Nascimento-1879	02
	290\$000	Antonio Fernandes Veiga-1879	

Fonte: Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. Processos avulsos de inventário *post mortem* (1868, 1869 e 1879).

Assim como no período entre as décadas de 1790 e 1820, enfatizado por Mota (2012), na segunda metade do século XIX também terá várias faixas de fortunas, entretanto, a disparidade entre as mesmas é menor, mas ainda há uma desigualdade social. Os negociantes são maioria nos inventários, e estão concentrados, principalmente nas maiores fortunas, eles são dois terços da faixa B e totalizam a faixa A. Todavia, os únicos negociantes com envolvimento industrial são os dois de maiores fortunas que compõem esta última faixa. As demais faixas refletem as transformações sociais da capital, pois além dos negociantes e proprietários rurais, há militares, funcionários públicos, médicos e pequenos proprietários.

A primeira faixa de fortuna, que enfatiza essa desigualdade social, possui uma concentração de riqueza maior que no período áureo da agroexportação, que atingiu 133:751\$241. Nesse período, chegou a São Luís, entre 1811 e 1813 (VIVEIROS, 1954,

¹⁰⁹ Valor da fortuna “Mont Mor” – valor dos bens sem desconto das dívidas passivas. Não há descrição da fortuna líquida.

p.239), o português¹¹⁰ Comendador João Gualberto Costa¹¹¹, que se tornou um dos negociantes mais influentes dos oitocentos, e possuiu a segunda maior fortuna entre os inventariados da amostra, com 129:402\$715 réis.

Iniciou suas atividades com uma casa de comércio, e ao longo dos anos ascendeu para outros espaços. Jerônimo de Viveiros (1954, p.239) destacou que seu procedimento foi de tal porte, que dentro de dez anos já se impunha a consideração pública, em 1822 já era um dos membros da Comissão Particular de Administração e Interesse Público¹¹², sendo escolhido posteriormente como secretário e presidente; apresentando como uma de suas sugestões, a iluminação na costa maranhense.

Louvido pelo Governo por sua atuação com a causa pública, foi ganhando destaque moral e intelectual, pois também buscou um envolvimento com outros grupos, foi um dos fundadores da Sociedade Filomática Maranhense¹¹³ e esteve ao lado de grandes intelectuais como Alexandre Teófilo de Carvalho Leal. Desse modo, elegeu-se, em 1829 e 1849 para o Senado da Câmara de São Luís (VIVEIROS, 1954, p.242).

Além disso, foi o fundador da primeira prensa de algodão da capital, chamada de Prensa do Costa, que iniciou instalada à margem do estuário do Bacanga, nos fundos da antiga Rua da Estrela, entre as Ruas Direita e Santana (VIVEIROS, 1954, p.242). Mas, foi transferida para a Rua Marcílio Dias, possuindo quatro grandes armazéns:

Deu mais a inventariante a descrever uma Morada de cazas de sobrado [...] construída de novo compreendendo quatro grandes armazéns com uma prensa para enfardar algodão movida por animais com quatro bois grandes quantidades de arroz de ferro e mais utensílios do estabelecimento com vinte e trez e meia braças de frente para o Sul e dezenove de fundo ao norte avaliada por cinquenta contos de reis.....50:000\$000
(Inventário post mortem de João Gualberto da Costa, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM).

E fundou no Maranhão, em 1817, a primeira fábrica a vapor de pilar arroz, em sociedade com seu irmão Antônio Julião da Costa, denominada de Feliz Empresa

¹¹⁰ Nascido em Lisboa em 12 de julho de 1793 (VIVEIROS, 1954, p.238).

¹¹¹ Inventário *post mortem* de João Gualberto da Costa, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

¹¹² De acordo com Jerônimo de Viveiros (1954, p.238), essa comissão tinha o objetivo de proceder um inquérito geral sobre o estado da administração da Província, apontando o que fosse fazer, corrigir, apresentado sugestões para os problemas.

¹¹³ De acordo com Ricardo Martins (2010, p. 120), este órgão instituiu preleções científicas e literárias no salão da Câmara Municipal de São Luís, uma vez por semana, aos domingos. O Jornal da Sociedade Filomática Maranhense, apesar de ter sido também um dos espaços existentes para a publicação da produção literária que teve lugar no Maranhão nesse período, teve seus dois números consagrados, na maior parte de suas páginas, a artigos de caráter e assuntos científicos, sobretudo agrícolas.

(VIVEIROS, 1954, p.242). Estava localizado na Rua Deus em um terreno todo amurado que possuía: 28 ranchos para escravos; duas casas de vivendas, sendo uma para maquinistas; uma casa grande tendo montado dois engenhos a vapor para descascar arroz com cerca de trinta anos de exercício, mas bem conservados; treze painéis para depósito de arroz; e um grande poço empedrado. Avaliado tudo por 45:000\$000 réis, porém, metade pertencia ao herdeiro de Antônio Julião da Costa.¹¹⁴ Segundo Jerônimo de Viveiros (1954, p.160), era a maior e melhor fábrica de pilar arroz na primeira metade dos oitocentos, produzia de 90 a 100 sacas diárias.

Posteriormente, diante desse acúmulo de capital, teve uma atuação nas administrações dos primeiros bancos da Província. Foi o primeiro diretor do Banco Comercial do Maranhão (1846), e gerente da Caixa filial do Banco do Brasil (1855). Desse, era acionista (tabela 5), porém, não há descrição da quantidade, foram avaliadas em 6:000\$000 réis. Em 1854 assumiu outro cargo administrativo, mas na Associação Comercial, sendo o seu primeiro diretor, com atuação até 1858.

Diante disso, percebemos que os dois negociantes de maiores fortunas possuíam uma ampla teia de relações, com um envolvimento em diferentes grupos. O que foi importante para ascensão de ambos, que investiram em vários setores, pois não ficaram presos a um só mercado. O Comendador João Gualberto Costa não se envolveu apenas na indústria do algodão, mas em outro produto, no arroz. O casal de Rosa Vieira Nina Rosa foi além, pois não investiu apenas na diversidade de produtos industriais, mas adentrou em outro setor, na agroexportação, com a lavoura de açúcar e assim prosperaram com a maior fortuna das décadas de 1860 e 1870.

¹¹⁴ Inventário *post mortem* de João Gualberto da Costa, 1869. Autos Cíveis. Comarca de São Luís. Arquivo do TJM.

CONCLUSÃO

O algodão e o arroz marcaram a economia maranhense com a expansão da agroexportação, entre o final do século XVIII e início do século XIX, o que possibilitou o enriquecimento de lavradores e comerciantes. No entanto, esses produtos não se mantiveram em alta durante todo o oitocentos, até porque faltaram investimentos na qualidade desses principais produtos para competirem com outros no mercado internacional, os dois momentos de grande auge do algodão maranhense foram no período de queda de produção dos Estados Unidos por motivo de guerras.

O algodão apresentou variações na década de 1820 e com a Balaiada (1838 a 1841) teve um declive maior. No entanto, esse momento não pode ser representado como “decadente”, não só porque houve uma nova alta da cotonicultura, entre as décadas de 1860 e 1870, mas porque a economia maranhense dos oitocentos foi heterogênea, não se resumiu apenas a agroexportação, e nem somente a esses produtos.

Na segunda metade do século XIX outro produto destacou-se na agroexportação, o açúcar. No final da década de 1840, com a abolição da escravidão nas Antilhas inglesas e os incentivos do presidente Joaquim Franco de Sá, o Maranhão passa a exportar esse produto, que teve como resultado uma grande expansão na década de 1860 em diante. Assim, juntamente com o estudo dos inventários, constatamos que a fortuna das famílias que investiram em engenho de açúcar era muito superior a fortuna de outras que investiram em lavoura de algodão. Uma “decadência” não pode se remeter apenas a um produto, a um grupo, pois havia várias elites, e vários mercados. Enquanto um eixo empobrecia, outro enriquecia.

O mercado interno teve uma atuação importante naquele século, reforçando que a economia maranhense estava para além da área de agroexportação e subsistência. Teve como destaque a produção de farinha de mandioca, arroz, aguardente, milho, madeira, couro e pecuária; que puderam não só incorporar novas terras para a Província, com o crescimento demográfico dos livres pobres, mas ampliar vínculos comerciais entre o litoral e o sertão, principalmente na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da navegação a vapor.

A criação dessa companhia de navegação a vapor, por Raymundo Teixeira Mendes, engenheiro formado na França, apresenta-se como um reflexo de uma das estratégias de manutenção de poder das elites, que diante do acúmulo de capital do comércio exportador, puderam educar sua prole na Europa, e em outras províncias do Brasil, para retornarem a capital e ocuparem os cargos de poder administrativo. Com isso, emergiam de suas atividades

comerciais para outros setores. Claras estratégias de ampliação de poder para algumas famílias e de transferência de capital de um setor em crise para outros promissores grupos sociais. E esse contato com o exterior incentivou as ações pela modernização do espaço urbano de São Luís, conotando opulência dessa elite.

A análise demonstrou que essa proximidade com a Europa também se manteve na segunda metade do século XIX por meio das relações de amizade, do compadrio e de parentescos, não só de negociantes portugueses, mas de proprietários rurais e profissionais liberários brasileiros. Esta foi outra estratégia, muito mais presente na própria capital, utilizada entre as famílias, nesse período. Era um meio de aproximação aos grupos de poder.

Somado a isso, houve uma transformação da base social de São Luís, que se tornou mais complexa na segunda metade do século XIX, pois dentro do aumento populacional, houve um crescimento dos livres pobres e conseqüentemente do número de habitações na cidade, além do tráfico interprovincial de escravos. E para organizar de novos luxos e igualmente poder ostentar sua riqueza esse espaço urbano e a elite poder desfrutar de novos luxos e igualmente poder ostentar sua riqueza, foram aplicadas várias providências reformistas providências reformistas pelo governo, que eram gerenciados por essa elite.

Na educação houve investimento do governo na formação técnica de pessoas comuns ao longo dos oitocentos, tanto na Europa, pelo Decreto Lei N° 810, de 1835, quando na capital com a Casa dos Educandos Artífices, em 1842. Houve uma necessidade de qualificar essa mão de obra para atender os novos padrões de riqueza da elite maranhense.

Esses novos profissionais puderam prestar serviços de serralheiro, alfaiate, carpinteiro, ferreiro, músico, como também de médicos, metalúrgicos e engenheiros. Para atender as novas necessidades e luxo da elite, era necessário especialistas em áreas técnicas mais refinadas, que dificilmente o escravo tinha acesso, com destaque principalmente para as engenharias, pois ricos casarões e sobrados feitos de pedra e cal substituíram as casa feitas de barro e cobertas de palha. E para haver esse padrão, atuaram os Códigos de Posturas Municipais, que disciplinaram o espaço urbano e os habitantes. O que demonstrou a ação do governo pela busca de padronizar e embelezar o ambiente público da cidade baseando-se nos padrões europeus e na capital Rio de Janeiro. Mas que ocorreu de maneira seletiva.

As análises dos documentos apresentadas mostram que essas transformações no espaço urbano também refletiram em novos investimentos e lucros econômicos na segunda metade do século XIX, ou seja, mais um eixo da economia maranhense, que quebra com essa dicotomia de “economia externa e de subsistência”. Além da Companhia de Navegação a Vapor, houve os setores urbanos com a Companhia de Iluminação a Gás, Companhia de

Ferro-Carris, Companhia das Águas do Rio Anil; o setor bancário; o setor industrial; e os investimentos nos imóveis urbanos. As companhias e bancos expandiram com o mercado de ações, e esse investimento abrangia tanto as famílias de maiores fortunas, quando as de menores.

Outra estratégia muito utilizada pelas elites para expandir sua fortuna era se direcionar a diferentes setores e produtos. Além dos investimentos em ações que era muito comum, havia lavradores que investiam em imóveis urbanos, assim como negociantes que investiam engenhos de açúcar e indústria de arroz, entre outros. O arroz que decaiu na agroexportação teve uma boa aceitação como alimento básico local e assim, êxito no mercado interno, movimentando as primeiras indústrias dos oitocentos, juntamente com o sabão.

Desse modo, além dos setores urbanos fomentarem ainda mais a heterogeneidade da economia maranhense, as elites não se mantinham apenas da agroexportação. Sendo que esta se comportou de maneira oscilante, permeada de altos e baixos, sendo assim, não se pode justificar a economia dos oitocentos como “decadente”, mas como oscilante e, exatamente por conta disso, bastante dinâmica.

Portanto, a opulência fortalecia o status de diferenciação social, tanto diante dos desiguais, quanto dos iguais. Uma elite que buscava mostrar superioridade, pela riqueza, pela arquitetura, pela cultura letrada, pelo comportamento, pelo vestir. Entretanto, pode ser um recurso empregado a uma elite em crise, pois os inventários apontam para um número reduzido de famílias que mesmo endividadas, mantinham no mínimo dois a três escravos. Isto significa que houve mudanças modernizadoras, mas permanências socioeconômicas, na transformação daquela alta sociedade que era, ao mesmo tempo, escravocrata e industrial.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

- Testamentos e Inventários *post-mortem* da Comarca de São Luís – 1868, 1869 e 1879

Periódicos MA

- Diário do Maranhão de 1855 e 1881
- O País – MA de 1876 e 1878

Periódicos RJ

- O Correio da Tarde: Jornal Politico, Litterario e Commercial – RJ de 1852
- Gazeta de Petrópoles - RJ de 1900

Legislação:

- Código de Posturas de São Luís - 1866

Almanaques

- Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial – MA de 1858

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. São Luís: Editora UEMA, 2014.

_____.(org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudo sobre mulheres e relações de gêneros (séculos XIX e XX)**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura no Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/%3Fwpdmact%3Dprocess%26did%3DMTgxLmhvdGxpdm%3D&ved>. Acesso em: 9 jan.2017.

ARAÚJO, Johny Santana de. A Empresa jornalística no Maranhão na segunda metade do século XIX: O Estado Imperial Os jornais e a construção da Guerra do Paraguai para um público leitor. **Revista FSA**, Teresina, v. 12, n. 1, art. 9, p. 139-150, jan./fev. 2015. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/622>. Acesso em: 17 mar. 2018.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira. In: CARVALHO, Claunísio; CARVALHO, Germano (org.). **Pergaminho Maranhense: estudos históricos**. São Luís: Café e Lápis, 2010, p. 141-184.

AZEVEDO, Aluisio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1996.

BACELLAR; Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais...** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307925540_ARQUIVO_Oscompadreseascomadresdeescravos.pdf. Acesso em: 19 nov. 2017.

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. Relações de produção na agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929). **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/7801>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BARROS, José D'Assunção. História da Cultura Material – notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares. In:_____. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/%2520cadernoshistoria/article/viewFILE/987/2958&ved>. Acesso em: 14 out. 2016.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. O arroz de Veneza e os trabalhadores da Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800). **Outros Tempos**. V. 8, n. 12, dez. 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana. Agricultura São Paulo, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 17-27, jul./dez. 2005.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9346?show=full>. Acesso em: 07 de fev. 2018.

CARDOSO, Patricia Raquel Lobato Durans. **Lobo x nascimento na “nova Atenas”:** literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2013. Disponível em: <http://www.ppghis.ufma.br/siteantigo/documentos/Dissertacao%20Patricia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. As relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra e a lei de 1831. In: XV encontro regional de história ANPUH. Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337913347_ARQUIVO_ArtigodaANPUH.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COELHO, Alexandre Bragança. **A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000100008. Acesso em: 19 nov. 2017.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. São Luís de fazendeiros e comerciantes, onde as fábricas se instalam. In: _____. **Nos fios da trama: quem é essa mulher?** Cotidiano e trabalho do operariado em São Luís na virada do século XIX. Dissertação (mestrado). São Luís: Edufma, 2006.

COUCEIRO, Luiz Alberto; SILVA, Rejane Valvano Corrêa da. Possíveis análises sobre a produção de algodão no Maranhão (1755-1818): relacionando o conceito “segunda escravidão” com práticas de crédito. **Outros tempos**. São Luís – MA, vol. 12, n. 20, 2015, p. 190-213.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão oitocentista. In: _____. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: Edufma, 2012.

Figueiredo, Margareth Gomes de. Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. **Convergência Lusíada**. Rio de Janeiro – RJ, n. 32, julho - dezembro de 2014, p. 168-180. Disponível em: <http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcf/article/download/90/91>. Acesso em: 09 fev. 2018.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de; VARUM, Humberto, COSTA, Aníbal. Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil. **Conservar Patrimônio**: Revista da ARP Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, Nº 15-16, 2012, p. 43-68. Disponível em: http://revista.arp.org.pt/pdf/15-16_3.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos primeiros anos da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GERMANO, Nivaldo; RIBEIRO, Elias; FONTENELE, Ludmylla; MOTA, Antônia da Silva. Cais da Sagração: O processo de modernização da cidade de São Luís no século XIX. In: II simpósio de história do Maranhão oitocentista 2010. **Anais...** São Luís, 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/germano.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas**: estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010. Disponível em <http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/26>. Acesso em: 13 mar. 2018.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001. 123 p. (Maranhão sempre)

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. Itinerário da província do Maranhão. São Paulo: Siciliano, 2001. 58 p. (Maranhão sempre)

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, Patrocinada pela SUDEMA, Cia.** Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 3ª edição (1ª edição: 1870), 1970. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>. Acesso em: 19 jan. 2018.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil.** Império: a corte e modernidade nacional. São Paulo: companhia das letras, 1998.

MONTEIRO, John. **Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades indígenas coloniais.** Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. UNICAMP. Campinas, 2001.

MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão Colonial.** São Luís: Eudfma, 2012.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. **Ana Jansen: Empreendedorismo feminino no século XIX.** Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10084/Tese%20FGV.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jan. 2018.

PRADO JR., Caio Prado. **Formação Econômica do Brasil.** 1945. Disponível em: http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. Formação econômica do Maranhão: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** 2015. São Luís- MA. Disponível em: <http://www.joinpp2015/pdfs/eixo1/formação-economica-do-maranhao-superexploracao-e-estado-oligarquico-como-entraves-ao-desenvolvimeno.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PINHEIRO, Luís Antônio. **A modernização dos serviços urbanos de abastecimento d'água na São Luís oitocentista, advinda das viagens de estudos de jovens maranhenses para a Europa: Caso da Companhia Anil.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2074>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PIORSKI, Rosilan Dagmar Soares. São as lentes de Luís: Discursos de modernização e decadência a partir do ensaio de uma história do cinema ludovicense. In: **VI Encontro Nacional da Mídia: 200 anos de mídia no Brasil - Historiografia e Tendências.** Niterói/RJ, 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontro-nacionais/6o-encontro-2008-1/São%2520as%2520lentes%2520de%2520Luís.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. O comércio marítimo do Maranhão no século XIX. **Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional.** Vol. 4, Nº 6, Jan-Jun, 2009. Disponível em: http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf. Acesso em: 27 fev. 2016.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão:** de província próspera a Estado mais pobre da federação. O que deu errado? Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23037>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SANTOS, Anderson Pereira dos. Botões de Ouro, Colheres de prata: os metais preciosos como elemento da riqueza em São Cristóvão setecentista. In: IV congresso sergipano de história & IV encontro estadual de história da ANPUH. **Anais...** Aracaju, 2014. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/37/1407545117_ARQUIVO_Ouro.prata_riquezaemSaoCristovaooitocentista-ANPUHSE.pdf. Acesso em: 19 nov. 2017.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos; TAVARES, João Claudino. **A produção do espaço urbano e o cotidiano: reflexões para o município de São Luís, MA.** Cad. Pesq., São Luís, v. 18, n. especial, dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/731>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SILVA, Camila Ferreira Santos. **Entre modos e modas:** modernização e civilidade em São Luís na segunda metade do século XIX. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2008.

SILVA, Luis Leizon Cabral. **Arquitetura civil portuguesa - análise das características do sistema construtivo pombalino no centro histórico de São Luís – MA.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13256>. Acesso em: 14 de jan. 2018.

SILVA, Régia Agostinho da Silva. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/pt-br.php>. Acesso em: 8 de fev. de 2018.

SOARES, Flávio José Silva. **Barbárie e simulacro no jornal de Timon de João Francisco Lisboa.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

SOUSA, Alexander Miller Câmara Sousa. Da igreja aos bailes: os intelectuais positivistas e a imagem feminina e São Luís na segunda metade do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão.** São Luís: Editora UEMA, 2010.

TAVARES; Luís Fabiano de Freitas. **O novo mundo na França: Discurso e poderes (c.1530 – c.1630).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1644.pdf>. Acesso em 10 abr. 2018.

THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; VAZ, Delzuite Dantas Brito; VAZ, Loreta Brito. Índícios de ensino técnico/profissional no Maranhão: 1612 – 1916. **HISTEDBR**, Campinas, n.34, p.97-107, jun. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639581>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VEIGA, Maikon Levi Vilar. **A sociedade ludovicense na segunda metade do século XIX: uma análise sócio-profissional (18850-1888)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2006.

VIEIRA, Sthéfane Batista. **Restauração da feira da praia grande: um estudo sobre as práticas de preservação patrimonial desenvolvidas no centro histórico de São Luís**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão: 1612 -1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 1.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão: 1612 -1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. v. 2.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)**. São Luís: Café & Lápis; EDITORA UEMA, 2013.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Economia e sociedade maranhense (1612-1755): elementos para uma reinterpretação**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Assis, 1999.